



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO 35 - Nº 688 - DE 7 A 20 DE MAIO DE 2023 - R\$ 5,00

## **15º mês de guerra na Ucrânia** **Imperialismo impulsiona** **a escalada militar**

**Cada vez se torna mais urgente a organização de um movimento da classe operária e dos demais explorados pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação**

**1º de Maio em vários países do mundo refletiu as necessidades e as tendências de luta dos oprimidos**

**No Brasil, imperou o 1º de Maio governista, colaboracionista e antioperário**

**ESTÁ COLOCADO O COMBATE PELA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA E ORGANIZATIVA DO PROLETARIADO**  
**LUTEMOS PELO PROGRAMA PRÓPRIO DOS EXPLORADOS!**



**14 ANOS**  
**do falecimento de Guillermo Lora**

**Memória Eterna ao dirigente do POR da Bolívia e do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional!**

# A guerra na Ucrânia entra em seu 15º mês

## *A classe operária e demais explorados reagem às brutais consequências da decomposição do capitalismo*

O Primeiro de Maio expôs o descontentamento e a revolta dos explorados em várias partes do mundo. Como estava previsto, a França se viu tomada por manifestantes. Os protestos foram duramente reprimidos pelo governo de Emmanuel Macron. Cerca de trezentos lutadores, presos. A maioria da população francesa rejeitou terminantemente a contrarreforma da previdência. Os trabalhadores unidos, assim, combateram nas ruas a imposição ditatorial de Macron. Eis por que o 1º de Maio na França se ergueu como referência diante das manifestações combativas que ocorreram em inúmeros países.

Ao lado dos trabalhadores franceses, destacou-se o 1º de Maio na Turquia. O governo ditatorial de Erdogan respondeu com mãos de ferro à marcha que se dirigia à emblemática Praça Taksim, em Istambul. Na Inglaterra, o 1º de Maio se moveu pela greve dos trabalhadores da saúde, que tem se chocado com o governo ultrarreacionário de Rishi Sunak, do Partido Conservador.

A massiva manifestação dos trabalhadores sul-coreanos levantou duas bandeiras que impulsionaram as mobilizações em toda a parte. Com uma só voz, exigiram do presidente Yoon Suk-yeol a redução da jornada do trabalho e elevação do salário mínimo. Na Malásia, Camboja e Filipinas, os protestos se dirigiram contra o desemprego e o miserável salário mínimo. Os trabalhadores da Espanha e da Bélgica ergueram a bandeira da redução da jornada e contra a corrosão das condições de trabalho.

Esteve claro neste 1º de Maio que o proletariado e a classe média europeia não veem outro caminho senão se lançar à luta. A crise mundial que eclodiu em 2008 se faz presente de forma mais abrangente e mais ameaçadora às condições de vida alcançada no velho continente. Os dois anos de pandemia causaram desemprego e desvalorização da força de trabalho. E, na sequência, a guerra na Ucrânia se encarregou de impulsionar mais fortemente as tendências de desintegração do capitalismo e de potencializar ainda mais a voracidade do imperialismo.

Nesse exato momento, agrava a crise do sistema financeiro nos Estados Unidos. A quebra de bancos reflete o bloqueio e retrocesso das forças produtivas. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é de que a economia mundial continuará em descenso. Se assim ocorrer, as condições de vida dos trabalhadores vão se deteriorar ainda mais.

A maioria explorada vem se ressentido dos efeitos econômico-sociais da guerra, mas não chegou ao ponto de reagir politicamente contra os governantes e os capitalistas responsáveis pelo confronto militar, que se desenvolve em território de um país oprimido. A classe operária ainda não pôde reconhecer e reagir diante do fato de a Ucrânia ter sido transformada em bucha de canhão pelos Estados Unidos e aliados da União Europeia, em sua ofensiva anexionista sobre as ex-repúblicas soviéticas, que como tal se impõe pelo domínio militar da OTAN.

Da mesma forma, guardadas as diferenças, a classe operária não pôde ver que a Rússia se confronta com a poderosa aliança imperialista, defendendo interesses econômicos provenientes do processo de restauração capitalista e que se convertem em

opressão nacional sobre as mesmas ex-repúblicas disputadas pelo imperialismo, com os meios da guerra econômica e das armas.

Não deve haver dúvida de que somente a classe operária, dirigindo um movimento de maioria oprimida, pode interromper o avanço do imperialismo, combater a escalada militar, derrotar as forças anexadoras e impor o direito à autodeterminação dos débeis povos e nações. O 1º de Maio não teve como expressar esse fundamento classista do combate à guerra de dominação, que caracteriza a conflagração na Ucrânia.

As direções das centrais, sindicatos e movimentos, que estiveram à frente das manifestações mais combativas, como as da França, tudo têm feito para que as tendências de luta, que crescem no interior das massas oprimidas, não se transformem em combate à guerra de dominação e, portanto, contra a burguesia e seus governos.

É sintomático, inclusive, e principalmente, a paralisia do proletariado russo, que se manteve passivo no 1º de Maio. É obrigatório não só reconhecer que a liquidação da URSS se constituiu em um fator histórico de profunda crise de direção, como também base da luta proletária pela recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução.

Não é possível à Rússia derrotar os Estados Unidos e a coligação imperialista, impedir que a OTAN penetre em toda a região outrora regida pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e garantir a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia a não ser pela via da luta de classes, pela união dos explorados europeus e pela retomada do caminho da revolução social.

Tanto no passado, marcado pelos avanços revolucionários, quanto hoje, marcado pela dramática e profunda crise de direção, se confirmam e emergem objetivamente o programa e a estratégia dos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo.

O 1º de Maio evidenciou a necessidade e a disposição de luta dos explorados. Indicou, por outro lado, que está posta a tarefa de vencer os obstáculos políticos e organizativos que lhes vêm impedindo de levantar a bandeira de fim da guerra e por uma paz sem anexação e sem nenhuma imposição das potências imperialistas.

No Brasil, o 1º de Maio foi canalizado para a passividade pela ação da esmagadora maioria das direções sindicais e políticas, comprometidas com o governo burguês de Lula. Evitou-se que confluísse com as combativas manifestações em várias partes do mundo, mas as necessidades mais elementares dos explorados estão em choque com a política de conciliação de classes do PT e aliados. O importante é que foi posta à vanguarda com consciência de classe a luta pelo programa próprio e a tarefa de combater pela independência de classe dos explorados.

A marcha da crise mundial avança e aumenta o seu ritmo. Os problemas nacionais se mostram condicionados pelos internacionais. E não há como desvinculá-los da catastrófica escalada militar alimentada pelo imperialismo. A unidade proletária em cada país e internacional em defesa do programa da revolução social está objetivamente posta.

# A luta por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista

*No Brasil, ocorreram duas manifestações distintas, a governista e a oposicionista. O Partido Operário Revolucionário trabalhou pela realização do Dia Internacional do Trabalhador com um conteúdo e objetivo claramente proletário, revolucionário, socialista e internacionalista.*

## Primeiro de Maio governista

A esmagadora maioria das centrais sindicais, sindicatos e movimentos organizaram-se para um explícito e veemente apoio ao governo de Lula. A direção da CUT, como central diretamente vinculada ao PT, fez uma fervorosa defesa do 1º de Maio governista. Em sua propaganda de convocação, o presidente da CUT, Sérgio Nobre, diz: “A classe trabalhadora resistiu, lutou e agora pode respirar, ter esperança, porque, neste 1º de Maio, vai celebrar a sua maior conquista dos últimos anos – Lula, um governante democrático, na Presidência da República, porque vencemos quem procurou nos derrotar, quem tentou acabar com a gente, com a democracia, a classe trabalhadora voltou a ser ouvida e respeitada, voltou a ser protagonista e a participar dos rumos do país.”

Esse foi, de fato, o conteúdo ideológico e político dos atos festivos do Dia Internacional do Trabalhador, impresso pela frente sindical burocrática constituída em torno às eleições presidenciais e que comemora a derrota de Bolsonaro como se fosse uma vitória dos trabalhadores.

As direções sindicais integradas à democracia burguesa e à governabilidade falsificam a realidade descaradamente e sem nenhum temor. Estão seguras de que a classe operária e os demais explorados não estão em condições de entender que esse pronunciamento de Sérgio Nobre é a mais veemente negação e traição às mais elementares necessidades dos pobres, miseráveis e famintos.

Jamais a vitória eleitoral de um candidato da burguesia sobre outro à presidência da República será uma conquista dos trabalhadores, da classe operária, dos camponeses e das camadas arruinadas da classe média. O fato de Lula se identificar com o regime democrático-burguês e Bolsonaro, com o regime autoritário-burguês, não quer dizer que a vitória eleitoral do candidato democratizante seja uma conquista dos pobres, miseráveis e famintos.

Essa falsificação foi utilizada pelos petistas, pelos seus aliados partidários e pelas direções sindicais traidoras no processo de polarização eleitoral, e que continua a ser usada nos marcos da crise política em que a oposição burguesa identificada com o bolsonarismo continua em pé. O governo Lula, como se pode constatar, se constituiu dependendo em grande medida dos velhos partidos burgueses, oligárquicos, que de fato comandam o Estado em função dos interesses das mais poderosas frações da classe burguesa e, inclusive, das multinacionais, enfim, do imperialismo. Não foi por acaso que Lula deu as mãos ao reconhecido politiquês burguês, Geraldo Alckmin (ex-PSDB), colocou no ministério do Planejamento, a candidata da terceira via, Simone Tebet (MDB) e no ministério da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD), um homem do agronegócio e inimigo tenaz do movimento camponês de ocupação de terra.



A candidatura de Lula foi uma alternativa para uma fração poderosa da burguesia nacional e, certamente, para o imperialismo, diante do descalabro do governo Bolsonaro, que, se permanecesse no poder, sem dúvida, aprofundaria a crise política e iria enfrentar uma revolta operária e popular. É falso da cabeça aos pés que Lula saiu da prisão para a presidência como sendo uma vitória da “classe trabalhadora”. Esse é o conteúdo ideológico e político que presidiu o 1º de Maio governista.

A presença de Lula no principal Ato nacional, montado no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, materializou a traição das direções sindicais e dos movimentos, como MST, MTST etc. e partidos que ali estiveram presentes, como o PCdoB, PSOL, UP, PCO etc. Impeurou a colaboração de classes, e, portanto, a negação dos interesses mais elementares dos assalariados e dos camponeses sem-terra, bem como os dos micros e pequenos agricultores e dos indígenas.

A farsa histórica do reformismo petista e da burocracia sindical, repetida por Lula, se expressa na fórmula “valorização do salário mínimo”. O presidente aguardou o 1º de Maio para anunciar o salário mínimo de fome no valor de R\$ 1.320. Era de R\$ 1.302, passando a R\$ 1.320, portando, um reajuste de R\$ 18. A centrais queriam pelo menos um pouquinho mais. No entanto, Lula não atendeu aos seus serviços, justamente porque contrariaria os interesses dos exploradores e porque tem de seguir a nova cartilha do ajuste fiscal montada pelo seu ministro da Economia, Fernando Haddad (PT), e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB).

Temer e Bolsonaro golpearam o valor do salário mínimo, Lula não se dispôs sequer a repor as perdas passadas, valendo-se, portanto, da obra deixada pelos governos da direita e ultradireita burguesas. O discurso da presidente do Sindicato dos Metroviários, Camila Lisboa, de que era preciso pelo menos R\$ 5.000, serviu para mostrar o ambiente de mentira, demagogia e hipocrisia.

Basta a apresentação do novo valor do salário mínimo para se ter patente que o 1º de Maio das centrais, do PT e dos movimentos

**O fato de Lula se identificar com o regime democrático-burguês e Bolsonaro, com o regime autoritário-burguês, não quer dizer que a vitória eleitoral do candidato democratizante seja uma conquista dos pobres, miseráveis e famintos.**



dirigidos por oportunistas e carreirista foi de traição aberta aos interesses mais elementares da classe operária e dos demais trabalhadores.

O problema está em que o império da burocracia sindical se levanta como um dos obstáculos mais poderosos à luta por um programa próprio dos explorados. Diante dos governos Temer e Bolsonaro, mesmo estando parte dela na oposição, como a CUT (PT) e CTB (PCdoB), impossibilitaram que a classe operária se levantasse para derrubar as contrarreformas da previdência e a trabalhista. Agora, sob o governo Lula, já deram os primeiros passos de subordinação dos sindicatos e dos movimentos à máquina do Estado burguês. A estatização das organizações do proletariado e do campesinato bloqueia a organização independente, a unidade do movimento operário e camponês e a defesa do programa próprio de reivindicações.

### ***A estatização das organizações do proletariado e do campesinato bloqueia a organização independente, a unidade do movimento operário e camponês e a defesa do programa próprio de reivindicações.***

Vários outros pontos poderiam ser tratados neste balanço do 1º de Maio – como a propaganda governamental de acabar com as desigualdades salariais entre homens e mulheres, isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 2.640, “revisão da reforma trabalhista”, “regulamentação do trabalho por aplicativo” e “nova forma de financiamento sindical” -, mas a demonstração de que o governo petista aplicará a política de fome no reajuste do salário mínimo basta por si só.

É preciso ainda destacar que Lula fez referência às relações internacionais que vem realizando com as visitas aos Estados Unidos, China e países da União Europeia, bem como à Argentina e Uruguai. Evitou tratar da guerra na Ucrânia. O que foi politicamente sintomático. Expressou o recuo em sua declaração de que os Estados Unidos e a União Europeia são os responsáveis por alimentar e prolongar a guerra.

Lula não se referiu à questão da paz. Não aproveitou para explicar a posição de seu governo de constituir um “clube de países” voltado a discutir e trabalhar pelo fim da guerra. O voto de condenação da Rússia como responsável pela guerra subordinou o Brasil à diretriz do imperialismo, que tudo tem feito para convencer a população mundial de que os aliados estão financiando e armando o governo e a oligarquia ucranianos para garantir a soberania e a integridade territorial do país invadido. Assim, se tem ocultado o objetivo estratégico anexionista de subordinar a Ucrânia economi-

camente à União Europeia e militarmente à OTAN, o braço do imperialismo norte-americano na Europa e no mundo. Oculta-se que é imprescindível para o capital monopolista e financeiro arrancar do controle da Rússia o que resta de sua influência sobre as ex-públicas soviéticas, sendo a Ucrânia uma das mais importantes.

A burguesia brasileira está pelo cumprimento do voto na ONU de condenação da Rússia e absolvição do principal responsável pela guerra, que são os Estados Unidos e sua coligação europeia. Em seu discurso no Vale do Anhangabaú, Lula simplesmente omitiu os ataques dos Estados Unidos à sua ida à China e aos seus pronunciamentos sobre a guerra na Ucrânia. Aproveitou, porém, para exaltar a importância do capital imperialista para supostamente criar empregos no Brasil, justamente quando as multinacionais fecham fábricas, reduzem os postos de trabalho, implantam a terceirização e consagram a brutal reforma trabalhista de Temer.

O anúncio do salário mínimo de fome e o relato do esforço do governo em convidar “empresários estrangeiros para fazerem investimento no Brasil” resumem o conteúdo antioperário e anti-popular, pró-capitalista e pró-imperialista, do 1º de Maio governista. Eis por que foi importante o Partido Operário Revolucionário (POR) levantar a bandeira de “Não ao 1º de Maio governista” e “Por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista!”

A vanguarda com consciência de classe está diante tarefa imensa de erguer uma direção classista e revolucionária no seio do proletariado, que seja capaz de vincular as necessidades mais elementares da maioria oprimida com o objetivo de acabar com o poder e a dominação da burguesia. Que seja capaz de desmascarar o governo burguês de frente ampla montado por Lula, reagir às posições da direita e ultradireita fascizante, estar à frente das tendências de luta dos trabalhadores e mostrar o caminho por onde os explorados lutarão pelo poder do Estado, pela constituição de um governo operário e camponês, pela expropriação do grande capital e pela transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

A unidade burocrática sindical e política, que subordina as necessidades da maioria oprimida ao Estado capitalista e a ação das organizações de massa à política do governo Lula, se mostrou fortalecida no 1º de Maio, mas logo se chocará com as tendências de luta do proletariado que têm sido sufocadas e desviadas para o parlamento. A tática do POR de impulsionar uma oposição revolucionária ao governo Lula se fortalecerá com as campanhas e defesa sistemáticas das reivindicações que unem os explorados contra a burguesia, a exploração do trabalho e o Estado capitalista.

## **Primeiro de Maio antigovernista e independente na Praça da Sé**



A manifestação da Praça da Sé concentrou um contingente de militantes de esquerda. Não foi capaz de mobilizar uma fração dos explorados. Esse foi o ponto fraco da luta por um 1º de Maio antigovernista e independente. O fato de ter sido de vanguarda, no entanto, não lhe tirou o mérito de se opor e se distinguir do 1º de Maio governista, pró-capitalista e vergonhosamente pró-imperialista, do ponto de vista das posições expostas por Lula e defendidas pelas direções burocráticas.

Certamente, muitos trabalhadores que foram arrastados pelo lulismo, petismo e reformismo de toda ordem ao Vale do Anhangabaú não puderam ter essa compreensão. Não demorarão para se certificar de que o reformismo é incapaz de enfrentar a poderosa oligarquia burguesa que controla o Estado e as fortes pressões do imperialismo norte-americano e europeu. O sentimento legítimo de rejeição à direita e ultradireita, em particular ao bolsonarismo, que os explorados cultivaram, não deve ser confundido com a



política governista de se utilizar dos encantos da democracia burguesa para continuar descarregando a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida.

O 1º de Maio da Praça da Sé representou uma frente única de condenação e repúdio, em geral, às ações dos novos governistas de falsificarem e ocultarem sua política de proteção ao grande capital. A denúncia reiterada do miserável reajuste do salário mínimo pode ser tomado como base da frente única, bem como a negativa de Lula de revogar as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, principalmente a trabalhista, previdenciária e educacional. Pode-se dizer que houve unanimidade quanto a essas denúncias.

Reiterou-se a defesa da independência política e organizativa do 1º de Maio em relação ao Estado, partidos da burguesia e governantes.

Um acontecimento do momento que mereceu uma veemente denúncia foi quanto aos ataques sofridos pelo MST por ter realizado ocupações no “Abril Vermelho”. O movimento de ocupação camponesa de terras tem transcendência para a luta geral da classe operária e demais trabalhadores contra a opressão capitalista. Em particular, a direção do MST se encontra profundamente emaranhada na política de Estado e sujeita ao pseudo reformismo petista. Eis por que estava no palco do Vale do Anhangabaú sem que sequer exigisse a demissão do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, que atacou as ocupações e defendeu a criminalização do MST, justamente quando a frente parlamentar do agronegócio e toda direita-ultradireita organizam uma CPI contra ao movimento camponês.

O 1º de Maio da Sé levantou a bandeira de defesa do MST contraofensiva repressiva dos latifundiários, do agronegócio e do Estado burguês. Neste ponto, também o 1º de Maio independente do governo expressou formalmente a frente única. Em resumo, evidenciou a possibilidade de uma frente única em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos e das liberdades políticas e sindicais.

A crise econômico-política tem colocado objetivamente a necessidade de erguer uma poderosa frente única de defesa da vida das massas, de combate aos ataques dos governantes às condições de existência da maioria oprimida e de enfrentamento à opressão imperialista. A decisão de manter o 1º de Maio da Praça da Sé em contraposição ao do Vale do Anhangabaú, por si só, resultou de discussões entre correntes distintas de esquerda, entre elas o POR, PSTU e PCB. Essa frente única, no entanto, se mostrou circunstancial e marcada mais pela formalidade dos pronunciamentos do que contrários ao governo, do que, de fato, pela disposição de pôr em pé um movimento, voltado a organizar a resistência dos explorados aos ataques do próprio governo Lula, como representou o miserável reajuste do salário mínimo, a manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e conivência com os ataques da burguesia ao MST, bem como a tolerância com o ministro Carlos Fávaro.

O PCB e PSTU votaram no segundo turno em Lula, de forma que têm alguma responsabilidade com o governo. Não poderiam ser consequentes em suas críticas ao governo petista e à direção burocráticas das centrais. No meio sindical, guardam relações com os aparatos e não têm travado um combate claro, firme e consistente à burocratização e estatização das organizações operárias, camponesas e populares. Em certa medida, colaboram com a política de conciliação de classes da burocracia cutista, principalmente.

A natureza política do estalinismo (PCB) e do centrismo (PSTU) não lhes permite se colocar no campo de uma frente única da real



defesa e combate pelo programa próprio da classe operária e dos demais explorados. A frente em torno ao 1º de Maio antigovernista e independente foi uma injunção do momento de crise política e da situação de confusão que reina entre as massas divididas pelo democratismo da frente burguesa que amparou a vitória de Lula e pelo autoritarismo da frente que não admitiu a derrota de Bolsonaro. Deveria ser um ponto de partida para constituir um comitê de frente única em defesa do programa próprio dos explorados e de organização de uma oposição revolucionária ao governo burguês de Lula e à frente partidária burguesa que o sustenta.

Essa avaliação do 1º de Maio da Praça da Sé ficaria incompleta se não explicarmos, ainda que de passagem, a pouca importância que teve a crise mundial e a guerra na Ucrânia. Em situação de crise econômica em marcha e de uma guerra na Europa, envolvendo a Eurásia, não há país que não sofra condicionamentos e consequências de toda a ordem. A viagem de Lula à China por motivos comerciais e a dimensão que tomou a questão da Ucrânia evidenciam os condicionamentos e consequências da guerra.

Certamente, a exaltação e apoio à luta dos explorados franceses foi obrigatória a todos. Mas, se prenderam aos marcos do sindicalismo, desvinculado dos acontecimentos que envolvem a bárbara guerra na Ucrânia.

A pouca importância que essa conflagração teve no 1º de Maio da Praça da Sé não foi por acaso. Há uma enorme e profunda divergência entre as esquerdas, que pesa nas decisões das correntes, mas que em si mesma não justifica a pouca importância dada. As correntes via de regra - do estalinismo ao centrismo - se encontram marcadas pelos condicionamentos da política nacional. O internacionalismo proletário não faz parte de sua orientação, de maneira que é a estreita política nacional que condiciona seus posicionamentos internacionais. Em geral, é o que explica a pouca importância dada à guerra na Ucrânia, que pode caminhar para uma catástrofe maior que a provocada até agora.

As direções sindicais e políticas adaptadas ao capitalismo em decomposição têm feito de tudo para que a classe operária e os demais explorados fiquem à margem e não se levantem sob a bandeira de fim da guerra.

A verdade mais verdadeira que Lula disse em sua viagem à China é que os Estados Unidos e a Europa Ocidental estão pelo prolongamento da guerra. O que causou um furor nas hostes do imperialismo. Lula se retratou sob pressão, mas a verdade revelada não se pode apagar.

O prolongamento da guerra é do interesse dos Estados Unidos, principalmente, uma vez que necessitam economicamente pôr a Rússia de joelhos e estão movimentando a sua indústria militar a todo o vapor. A bandeira de fim da guerra é um imperativo, que somente o proletariado em luta contra a guerra de dominação pode encarnar.

***As direções sindicais e políticas adaptadas ao capitalismo em decomposição têm feito de tudo para que a classe operária e os demais explorados fiquem à margem e não se levantem sob a bandeira de fim da guerra.***

O PSTU foi a corrente que mais claramente se pronunciou, colocando-se pela derrota da Rússia, o que pressupõe prolongar a guerra até a vitória da coligação imperialista liderada pelos Estados Unidos e garantida pela OTAN. É uma posição pró-imperialista. Toda posição, seja de defesa da política de guerra de Zelensky escorada no imperialismo, seja da política de Putin de opressão das ex-repúblicas soviéticas – a Ucrânia é um dos casos mais significativos, como demonstra a conflagração que eclodiu em 24 de fevereiro de 2022 –, que conduz ao prolongamento da guerra está em contraposição à posição de classe do proletariado.



O POR se esforçou para que no 1º de Maio tremulassem bem alto as bandeiras de fim da guerra, contra seu prolongamento e por uma paz sem anexação, e sem nenhuma imposição da coligação imperialista.

A campanha por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista se baseou nas posições do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI), que antes da conflagração levantou a bandeira “Não à guerra!”, e, em seguida, começado o confronto, “Pelo fim da guerra!”. Em resposta à guerra, o CERQUI se colocou por um conjunto de bandeiras que expressam posições programáticas: desmonte da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos na Europa, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russa da Ucrânia.

Essa diretriz se estabeleceu assim que a guerra eclodiu e deu os seus primeiros passos. Seguindo o seu desenvolvimento, se tornou necessário responder à questão do fim da guerra. O proletariado não pode deixar de ter uma posição própria, que não se confunde com a de Zelensky, ou seja, com a do imperialismo, ou com a de Putin, ou seja com a da opressão nacional, nem se confunde com a posição da China. A posição própria se sintetiza na bandeira de “paz sem anexação”, tanto da parte da Estados Unidos/União Europeia, quanto da parte da Rússia.

Para a política internacionalista do proletariado, a paz sem anexação somente será possível por meio da luta de classes, da unidade do proletariado europeu e mundial pelo fim da guerra. A paz sem anexação implica a autodeterminação e integridade territorial da nação oprimida, que é a condição existencial da Ucrânia, após a destruição da URSS pela contrarrevolução estalinista e o estabelecimento de fronteiras nacionais, de acordo com a divisão dos Estados nacionais capitalistas.

O posicionamento marxista-leninista-trotskyista do CERQUI permitiu ao POR intervir no 1º de Maio sob a bandeira de “Fim da guerra”, “por uma paz sem anexação”.

Esse balanço do 1º de Maio no Brasil, sem dúvida, guarda relação com o que se passou em todo o mundo. Deixou patente a gravidade da crise de direção, que é mundial. A vanguarda com consciência de classe contribuirá para a libertação dos explorados do domínio da burguesia e do imperialismo construindo os partidos marxista-leninista-trotskyistas e reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Para isso, é decisivo aplicar o programa proletário à guerra de dominação, que se desenvolve na Ucrânia como consequência da putrefação e desintegração do capitalismo mundial.

*Viva o 1º de Maio operário, classista, socialista e internacionalista!*

## Crescem as dificuldades políticas de Lula

### *A classe operária tem suas próprias respostas*

A criação do PT no início dos anos de 1980, o seu desenvolvimento ligado às lutas operárias e camponesa, seu fortalecimento como aparato eleitoral baseado na nova burocracia sindical, sua ascensão possibilitada pela divisão interburguesa e sua consolidação como partido da ordem capitalista, impulsionada pela crise da democratização após 20 anos de ditadura militar, devem ser considerados para o entendimento do que é o PT hoje e o que se passa com a volta de Lula à presidência da República.

Lula exerceu o poder em dois mandatos e sua sucessora em um mandato, sendo derrubada pelo impeachment em meio ao segundo mandato. Nesses cerca de 13 anos à frente do Estado burguês, o PT não teve como consolidar a democracia e conferir a seu funcionamento uma base “popular” (referia-se a um “regime democrático-popular”).

Lula que governou em um período de excepcionalidade econômica, depois da crise de meados dos anos de 1970, que inviabilizou a continuidade do regime militar, instalado em 1964, atravessou momentos de importantes convulsões políticas, que, finalmente, se desaguaram na dilacerante crise de 2016, cuja preparação se deu na convulsionada situação de 2013. A frente ampla burguesa que fermentou e desfechou o golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff - amparada na impotência governamental diante da queda do crescimento, da elevação da dívida pública, da obrigatoriedade de obter superávit primário ditada pelo capital financeiro e sobretudo pela recessão que golpeou a economia brasileira em 2016 – abriu caminho não apenas para a retomada da presidência da República pela direita liberal como também para a ultradireita ditatorial.



Não é preciso detalhar os condicionamentos da crise mundial, que teve como epicentro os Estados Unidos, cujos reflexos no Brasil foram violentos e cujas consequências continuam a golpear o País. A ditadura civil de Temer, que serviu de transição para se chegar à eleição de Bolsonaro, sobreviveu em grande instabilidade política. As forças liberais burguesas que promoveram o fim da ditadura e a volta da democracia eleitoral-parlamentar, representadas principalmente pelo PSDB, não conseguiram tirar as vantagens políticas do processo de impeachment de Dilma Rousseff, cedendo lugar às forças ditatoriais identificadas com o regime militar de 1964 e remodeladas à imagem e semelhança com a democracia oligárquica,

O bolsonarismo se gestou nas entranhas do democratismo e do liberalismo, incapazes de enfrentar os grandes problemas estruturais do gigantesco e complexo país semicolonial. O mesmo fenômeno, em certo sentido histórico, se passou à esquerda com a gestação do PT. De maneira que o período pós ditadura militar contou com governos democratizante-liberal, democratizante-reformista e ditatorial-fascistizante. Todos, sem exceção, governaram sem que houvesse estabilidade política. As tendências regressivas na economia brasileira, os conflitos de interesses no seio da burguesia oligárquica, as pesadas pressões do imperialismo, a polarização crescente entre riqueza concentrada e miséria disseminada e as potencialidades da luta de classes não permitiram e tudo indica não permitirão o estabelecimento de um regime democrático burguês estável.

Esse foi o sonho da frente burguesa democratizante, da qual fez parte o PT nascente e a burocracia sindical que se reconstituía, em deixar para trás o golpe militar de 1964 e em afastar o máximo possível as Forças Armadas do centro da governabilidade. O golpe do impeachment, a ditadura civil de Temer, a ampliação do controle do parlamento por forças obscurantistas e a chegada à presidência da ultradireita pela via eleitoral mostraram que as Forças Armadas não apenas conservaram sua influência perante os governantes como voltaram a ganhar cada vez mais preponderância política em função das debilidades dos governantes e da marcha da crise política.

O desastre administrativo de Bolsonaro sob o impacto avassalador da pandemia e seus desvios no alinhamento internacional ao trumpismo resultaram em divisões interburguesas, que abriram caminho à volta de Lula e à revitalização do PT, agora mais escolados e adestrados na política oligárquica. Mas, a eleição do caudilho petista se deu nas condições de polarização política e de resistência das forças da ultradireita em transferir o poder ao partido e ao ex-presidente que foram aliados das alavancas do Estado pelo golpe institucional e pela estrondosa Operação Lava Jato.

O movimento bolsonarista pela volta dos militares ao poder se caracterizou por retomar as raízes do golpe de 1964 e dos feitos da ditadura das Forças Armadas. Nessas condições de contundente crise política, econômica e social é que se realizaram as eleições e Lula obteve a apertada vitória. O estertor desse processo se manifestou em 8 de janeiro com a aventura golpista dos defensores do governo fascistizante de Bolsonaro. O que resultou em 1.398 presos, destes 751 continuam detidos e inúmeros enfrentam processo de atentado contra a democracia e a governabilidade. Continua preso o ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, Anderson Torres, em cujo poder foi encontrado um documento que expõe a articulação de um golpe que poderia ser organizado desde o núcleo central do governo. Uma dezena de militares têm sido convocados a prestar depoimento sob suspeita de conivência com o golpismo.

Nesse exato momento, a Polícia Federal prendeu o ajudante de ordem de Bolsonaro, tenente-coronel, sob a justificativa de forjar um documento de vacinação. Faz parte desse escândalo a tentativa

de Bolsonaro e sua mulher de se apossarem de milionários presentes recebidos das mãos do governo da Arábia Saudita. Com muita demora, Lula demitiu os bolsonaristas do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), mas não teve como preferir os militares de seu comando. No Congresso Nacional, finalmente os bolsonaristas acabaram impondo a CPI do dia 8 de janeiro. O governo teve de recuar em sua resistência diante da divulgação de um vídeo que revela o ministro do GSI, Gonçalves Dias, em atitude de complacência com os bolsonaristas invasores da Praça dos Três Poderes. Lula teve de pedir que renunciasse.

Não deixa de fazer parte da crise política a criação da CPI do MST. O agronegócio e seus representantes no Congresso Nacional querem a sua condenação política, para obter a criminalização e a sua ilegalidade. No seio do governo, desenvolve-se um embate entre os partidários do agronegócio, liderado pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro (PSD) e o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira (PT). Esse conflito, em particular, comprova graficamente o caráter contraditório, conservador e reacionário do governo de frente ampla.

Em síntese, o governo Lula teve seu início, já nos seus 100 dias de administração dos negócios da burguesia, marcado por centenas de prisões e processos políticos, pela demissão do general Gonçalves Dias, busca e apreensão na casa de Bolsonaro, constituição de CPIs montadas pela oposição, manutenção dos militares no comando do GSI etc. O que assinala a continuidade e a profundidade da crise.

É nesse emaranhado de acontecimentos que o governo se viu obrigado a adiar a votação do Projeto de Lei das Fakes News, que tem por relator o parlamentar do PCdoB, Orlando Silva. Os monopólios das plataformas, como Google, entrevistaram pesadamente e conseguiram barrar a votação. O que configurou uma derrota do governo, ainda que circunstancial. E não se sabe como ficará a votação do novo arcabouço fiscal.

Lula vem cedendo cada vez mais às exigências do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP) e do Centrão realinhado para controlar a governabilidade. Em pouco tempo, o governo petista expôs suas debilidades e dependência a uma das frações burguesas mais reacionária, que é a do agronegócio. Por outro lado, tem de administrar os interesses dos banqueiros, que dependem do parasitismo montado em torno à dívida pública. O presidente do Banco Central não foi demovido em sua decisão de manter a elevada taxa básica de juros (Selic). O miserável reajuste do salário mínimo fez parte dos cálculos dos ministérios da Economia e do Planejamento, levando em consideração a âncora fiscal. Diante dos militares, Lula tem de bajulá-los, não estando em condições de determinar uma disciplina contrária aos feitos de Bolsonaro.

Está, portanto, configurado um governo antioperário e antipopular, sob a máscara do reformismo, da inclusão social, da distribuição de renda e da superação da fome. Está colocada a organização de uma oposição revolucionária ao governo impostor e serviçal do grande capital. É obrigatório um severo combate às falsificações do PT, dos aliados partidários e da burocracia sindical. Somente assim, a classe operária e os demais explorados responderão à oposição ultradireitista e golpista, que ainda conserva suas forças e se prepara para a eventualidade de ter de voltar ao poder.

O ponto de partida da oposição revolucionária se encontra na defesa do programa próprio dos explorados, da aplicação de seus métodos de luta e da construção de organismo da democracia proletária. A classe operária, os camponeses pobres e a juventude oprimida acumulam revoltas instintivas, que cedo ou tarde aflorarão. Trata-se de acompanhar a marcha da crise política e buscar as repostas na luta de classes.

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020







EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# MASSAS

**Órgão do Partido  
Operário Revolucionário**

(11) 95446-2020

www.pormassas.org

@massas.por

anchor.fm/por-massas

## MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

# Por um 1º de Maio operário, classista e internacionalista! Não ao 1º de Maio governista e colaboracionista!

Esta manifestação na Praça da Sé se justifica pela rejeição do 1º de Maio no Anhangabaú que serve de apoio ao governo Lula. Não se trata de um acontecimento novo. A ausência de um 1º de Maio independente de governos e de partidos da burguesia tem se afirmado há muito tempo. A ascensão do PT ao poder do Estado, sob a liderança de Lula, consagrou a política de colaboração de classes, que impera entre as direções sindicais.

A política do governismo penetrou fundo nas organizações sindicais e populares. E isso não somente nos governos petistas. A política de colaboração de classes se impõe mesmo quando o PT e aliados estão na oposição. Sob os governos de Temer e Bolsonaro, se pode constatar o quanto as direções sindicais manobram para que a classe operária e os demais explorados não se levantassem ampla e profundamente contra as reformas trabalhista, previdenciária e educacional.

Os pobres, miseráveis e famintos tiveram de suportar dois anos de pandemia. Arcaram com o maior número de mortos, com as medidas antioperárias desfechadas pelo governo Bolsonaro e pelo Congresso Nacional e com demissões em massa. As direções burocráticas das centrais e sindicatos se livraram da responsabilidade que acabou recaindo somente sobre o governo obscurantista de Bolsonaro. O que foi importante para trazer Lula de volta à política burguesa e à presidência da República.

A esperança da maioria que deu a vitória ao candidato do PT e da frente ampla era a de que Lula levasse a cabo uma ruptura com a governabilidade armada pelo golpista Temer e pelo ultradireitista Bolsonaro. Em alguns pontos houve descontinuidade, mas não no fundamento da governabilidade, que se caracteriza por descarregar a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida e proteger o grande capital.

Não houve ruptura com as contrarreformas da previdência e trabalhista. Não houve ruptura com o arrocho do salário-mínimo. Não houve ruptura com o pagamento de mais de R\$ 700 bilhões em juros da

dívida pública. Não houve ruptura com as exigências do capital financeiro de manter o orçamento do Estado submetido à sustentação do parasitismo da gigantesca dívida pública. Não houve ruptura com as relações oligárquicas que se impõem do Congresso ao Executivo. Esse fundamento burguês da governabilidade é ditado pela subordinação ao grande capital.

O governo Lula se viu na contingência de se diferenciar de Bolsonaro assumindo a bandeira de proteção à Amazônia, à procura de ajuste de relações do Brasil com o imperialismo norte-americano e europeu. A busca de financiamento do fundo da Amazônia evidencia a incapacidade da burguesia de elevar o desenvolvimento da região Norte como parte de um desenvolvimento nacional independente e soberano.

A conservação do Bolsa Família de R\$ 600,00 ao lado do salário-mínimo de R\$ 1.320,00 testemunha a impotência do governo, que se posa de reformista, em combater e solucionar de fato a miséria e a fome de milhões de brasileiros.

Lula deixou claro que a bandeira do movimento camponês de reforma agrária há muito foi relegada ao lixo da história social e econômica do Brasil. Agora, o fundamental para a governabilidade está em abraçar a causa do agronegócio, que há duas décadas retomou sua enorme predominância nas bases econômicas do País. Lula, porém, não pode deixar de aturar o MST, que espelha as contradições entre o velho e o novo país agrário, entre a velha e a nova oligarquia latifundiária.

Neste exato momento, a oligarquia unida se mostra bem mais forte e organizada no seio do Estado que nas duas décadas iniciais da “redemocratização”. Essa poderosa fração da burguesia nacional esteve à frente do golpe de Estado em 2016 e na sustentação dos governos direitista e ultradireita de Temer e Bolsonaro. Lula, diante da larga influência da oligarquia reacionária, está obrigado a governar sob os seus ditames. Em outras palavras, está obrigado a governar na contramão das necessida-

des da classe operária, da classe camponesa e das camadas pobres da classe média urbana. Essas classes trabalhadoras formam a maioria nacional oprimida, sobre as quais se assentam a brutal exploração do trabalho, o parasitismo financeiro e o saque imperialista. E no seu interior que se destacam a miséria e fome estruturais do capitalismo no Brasil.

O PT e Lula tiveram a possibilidade de governar o País por quase quatorze anos. Os mais pobres e os miseráveis se deslocaram da dominação eleitoral dos partidos oligárquicos, para colocar no poder do Estado um partido reformista, que se organizou a partir dos sindicatos e movimentos sociais. O PT se gestou vinculado, portanto, ao movimento operário, camponês e popular. Foi se adaptando à política de dominação burguesa sobre a maioria nacional oprimida. Concluiu como instrumento de opressão da classe capitalista interna e externa, da velha e da nova oligarquia, e do imperialismo, sobre a classe operária e os demais explorados.

No curso de ascensão ao Estado burguês, o PT arrastou a burocracia sindical, que, mesmo que dividida partidariamente, serviu ao governo Lula e Dilma. A estatização dos sindicatos por meio da política de colaboração de classes se tornou um poderoso obstáculo para o proletariado e a maioria oprimida se defenderem da selvagem exploração capitalista do trabalho, da alta concentração de riquezas em poder da minoria e do avanço da miséria.

A estatização sindical elimina a independência e a democracia nas organizações dos explorados. Assim, se desarma a classe operária da capacidade coletiva de reagir prontamente às demissões, ao fechamento de fábricas e à implantação da reforma trabalhista e da lei da terceirização.

A burocracia se tornou uma casta capacitada a manejar a estatização dos sindicatos e usá-la como meio de barganhas políticas diante da burguesia, dos partidos e governos. Eis por que as direções das centrais se uniram e ampararam a frente eleitoral burguesa armada em torno à candidatura de Lula. Faz parte do governo de frente ampla, direta ou indiretamente. A burocracia colaboracionista e contrarrevolucionária estreita assim, ainda mais, seus laços com frações da classe capitalista. O 1º de Maio promovido pela frente das centrais e movimentos em todo o País refletirá essa orientação pró-burguesa.

Lula se ergueu em meio à crise política que inviabilizou o continuísmo da ultradireita no poder, que já não servia a importantes setores da burguesia e que se chocava com os explorados. A crise política não se resolve simplesmente elegendo outro governo. O fracasso do golpe de Estado de 8 de janeiro afetou logo de início a governabilidade petista. As tendências recessivas da economia, atingida pela alta inflacionária e pelos juros exorbitantes, continuarão a açoitar os explorados e a aumentar o desespero de amplos setores da classe média. O governo não terá margem de manobra suficiente para evitar um pesado ataque à vida das massas.

Os reflexos da situação mundial se fazem sentir mais sensivelmente na economia nacional. A viagem de Lula à China pôs às claras as graves dificuldades que enfrenta o Brasil no plano internacional. Está diante da guerra da Ucrânia, que estabeleceu dois alinhamentos, que nenhum Estado tem como ficar à margem. Está diante do recrudescimento da guerra

comercial travada pelos Estados Unidos com a China. Está imerso nos desequilíbrios econômico-financeiros do capitalismo em decomposição. E faz parte do continente latino-americano que é arrastado pelas correntes desintegradoras da economia mundial chefiada por um punhado de potências.

O imperialismo norte-americano exige um alinhamento contra a Rússia e a China. Mas o Brasil depende em grande medida da China para manter aceso o grande ciclo de projeção do agronegócio. Lula admitiu condenar na ONU a Rússia. Mas, não concorreu em enviar suprimentos militares à Ucrânia. Critica os Estados Unidos e a União Europeia de prolongar a guerra. Mas, nada pode fazer por sua proposta de paz. Essa dubiedade e pretensa neutralidade refletem o aprofundamento das contradições econômicas e da crise política no Brasil.

A burguesia brasileira mantém-se entranhada ao imperialismo norte-americano, mas necessita em grande medida das relações comerciais com a China, e, em menor medida, com a Rússia. O governo Lula não tem independência para traçar um caminho próprio, acabará servindo à estratégia mundial dos Estados Unidos.

Este 1º de Maio deve ser utilizado pela classe operária para se colocar com seu programa e estratégia próprios diante da guerra na Ucrânia e da guerra comercial. As mobilizações na França acenam a perspectiva da luta de classes mundial. O fato de os levantes no Peru terem sido contidos, as manifestações no Chile terem sido canalizadas para a eleição de um governo pequeno-burguês estéril e os protestos contra o governo de Bolsonaro terem sido utilizados para constituição de um novo governo burguês de Lula não dissolveram as tendências de luta mais profunda que se gestam nas entranhas da maioria oprimida. É questão de tempo para os explorados europeus se darem conta de que é preciso se levantarem contra a guerra de dominação, que não terá uma solução progressiva, se a paz depender das imposições dos Estados Unidos e seus aliados. A Rússia, por sua vez, admitirá a autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia se o proletariado mundial impuser uma derrota ao imperialismo, e o povo ucraniano se libertar do governo e da oligarquia que estão pela subordinação do país à OTAN.

Somente a classe operária e a maioria oprimida podem levantar no 1º de Maio um programa nacional de defesa de suas vidas e internacional de resposta à decomposição geral do capitalismo. Somente com o programa da revolução proletária e dos Estados Unidos Socialistas da Europa será possível quebrar a espinha dorsal do imperialismo e reatar a transição do capitalismo ao socialismo. É com esse conteúdo programático que o Partido Operário Revolucionário trabalhou e luta para que o 1º de Maio seja um momento de defesa da vida das massas, de combate a todas as variantes da política burguesa e de unidade internacional do proletariado.

***Abaixo o 1º de Maio governista! Viva o 1º de Maio operário, classista e internacionalista! Em defesa do programa próprio dos explorados. Por uma paz sem anexação na guerra da Ucrânia, e sem nenhuma imposição do imperialismo! Viva a luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade sem classes, o comunismo!***

## DECLARAÇÃO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO (POR)

# Por um Primeiro de Maio independente do governismo e contra o colaboracionismo das direções sindicais burocratizadas

*À classe operária, aos demais trabalhadores e à juventude oprimida*

Este Dia Internacional do Trabalhador, 1º de Maio, ocorre em uma situação mundial bem distinta dos anos anteriores. Eis: 1) o capitalismo se encontra mergulhado na crise econômica e se decompõe; 2) a guerra comercial entre as potências se amplia e se aprofunda; 3) a guerra na Ucrânia pode transbordar e provocar confrontações diretas entre Estados com capacidade nuclear; 4) a classe operária e a maioria oprimida vêm arcando com os desequilíbrios mundiais do capitalismo; 5) a pobreza, miséria e fome se ampliam em toda parte. Essas manifestações se desdobram em muitas consequências catastróficas para a humanidade.

O agravamento dos choques, que envolvem a guerra na Ucrânia e o confronto entre os Estados Unidos e China em uma guerra comercial que tende a se tornar militar, determina a situação nacional de todos os países. É o que se observa pela emersão e potenciação da concorrência dos Estados Unidos com a China na América Latina. Essa é a realidade mais perto dos explorados latino-americanos. Mas, é o que se passa também nos demais continentes e regiões. Em particular, a Europa e Ásia se encontram em um momento difícil, padecendo de uma grande ofensiva do imperialismo norte-americano, que, por ser a potência hegemônica, condiciona e responde às potentes forças desintegradoras do capitalismo mundial.

Em torno à guerra na Ucrânia, se armou mais recentemente uma divisão mundial que somente se via entre a aliança chefiada pelos Estados Unidos no período da “Guerra Fria” e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), após a Segunda Guerra e a Guerra da Coreia. A URSS foi liquidada a mais de trinta anos. E a China se projetou como potência econômica a partir do impulso ao processo de restauração capitalista, que teve início na década de 1970. Nesse espaço de tempo, os Estados Unidos fortaleceram a OTAN contando com a colaboração das potências europeias responsáveis pelas duas grandes guerras e pelo combate à transição do capitalismo ao socialismo, iniciada pela revolução proletária na Rússia e impulsionada pela constituição da URSS.

O objetivo estratégico do imperialismo de liquidar a URSS esteve posto desde que se constituiu como cidadela das transformações socialistas e da revolução mundial. A política nacionalista e contrarrevolucionária do estalinismo se encarregou de auxiliar o imperialismo em seu objetivo de combate às revoluções proletárias e de destruição da URSS. Somente com o desarme ideológico, político e organizativo do proletariado mundial é que foi possível deixar o caminho livre às posições da contrarrevolução capitalista. É nesse marco histórico que o imperialismo norte-americano passou a exercer a sua poderosa hegemonia.

A dissolução da URSS e o retorno da Rússia (Federação Russa) à completa dependência capitalista se deram nas condições de retomada da crise mundial do pós-guerra. A ofensiva do crescente cerco da OTAN à Rússia decorreu do avanço do imperialismo sobre as ex-repúblicas soviéticas, entre elas a Ucrânia. É tão exasperante a situação dos Estados Unidos que, para se contraporem ao declínio de sua hegemonia, vêm forçando a sua aliança europeia a não se limitar a intervir na guerra da Ucrânia e a estender a escalada militar para Ásia. Na base dessa movimentação, estão os interesses capitalistas, que não podem ser confundidos como

se fossem dos explorados e dos povos oprimidos. Eis por que a guerra na Ucrânia se caracteriza como guerra de dominação e não guerra de libertação.

A experiência histórica mostra que nas entranhas das guerras de dominação se gestam as guerras de libertação, como se passou na Rússia e China, por exemplo. As guerras de libertação de nossa época são produtos das revoluções proletárias, cujo sentido histórico é o da derrubada do poder da burguesia, da expropriação da propriedade privada dos meios de produção e da constituição do poder da maioria oprimida, sob a direção do partido proletário, revolucionário. Na presente crise, o grande problema por que passou e passa o capitalismo da época imperialista é o da desintegração, dos antagonismos nacionais, das guerras, revoluções e contrarrevoluções.

O cerco imperialista da OTAN à Rússia, a invasão militar da Ucrânia decidida pelo Estado russo, o prolongamento da guerra, os riscos de se estender para o continente europeu e, para agravar, a escalada bélica que se processa em torno ao conflito dos Estados Unidos com a China, de conjunto, indicam que o principal problema reside na crise de direção revolucionária. O que tem inviabilizado transformar a guerra de dominação na Ucrânia em guerra de libertação. Derrotar a ofensiva do imperialismo e de seu braço armado a OTAN, cujo objetivo estratégico é o de anexar a Ucrânia, abrir caminho para controlar o conjunto das ex-repúblicas soviéticas e concluir o cerco econômico-militar à Rússia, é a principal tarefa do momento. Essa tarefa se liga intimamente com o combate à militarização da guerra comercial, que os Estados Unidos travam no Indo-Pacífico contra a China. Trata-se, portanto, de uma tarefa de ordem internacional.

Está claro que a Rússia não tem como vencer a poderosa aliança imperialista. Não será com os meios e métodos de guerra de Estado que as potências serão derrotadas. As experiências das duas guerras mundiais – confirmadas por guerras locais – comprovam que somente a classe operária, com seu programa socialista, com sua organização coletiva e com o seu partido marxista-leninista-trotskyista pode fazer frente ao imperialismo, impor-lhe derrotas parciais e fortalecer o caminho do internacionalismo. A luta de classes é a forma, o meio e o fundamento da política do proletariado para responder às guerras de dominação. Foi assim e será assim que as guerras promovidas pelo imperialismo serão transformadas em guerras de libertação, por onde é possível atacar as raízes, as causas e os motivos capitalistas da conflagração bélica entre Estados nacionais.

O fato de a classe operária ainda não ter se sublevado e se unido para acabar com a guerra - pelo fim do cerco militar à Rússia, pelo desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, pela revogação das sanções; e pela autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia, bem como retirada das tropas russas - não pode ser justificativa para não se levantar a bandeira de paz sem anexação. Não será pela intermediação da China e de outros países, como Índia e Brasil, que será alcançada uma paz sem anexação, sem as imposições dos Estados Unidos e sua aliança europeia. Uma paz sem anexação depende da unidade da classe operária em luta contra a ofensiva do imperialismo e a guerra de dominação.



As potências têm de enfrentar a luta de classes em sua própria casa. A classe operária ucraniana está obrigada a superar a divisão imposta pelas forças beligerantes e pelos interesses capitalistas. E a classe operária russa, por sua vez, tem um lugar de grande importância, uma vez que, de um lado, está diante da necessidade de lutar pela derrota da ofensiva do imperialismo, e, de outro, pela autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia. A luta contra o imperialismo implica rechaçar a anexação. Para isso, é obrigatório caracterizar o ingresso da Ucrânia à OTAN como completa perda de independência e submissão do país aos ditames do capital financeiro e monopolista. E diante da ocupação Russa, coloca-se a luta pela autodeterminação.

Esse é o caminho que deve ser discutido no 1º de Maio. É diante desse emaranhado de contradições que o proletariado tem de se erguer com o programa da revolução social e do internacionalis-

mo socialista. O enfrentamento à derrocada da URSS e à restauração capitalista é parte do programa, que se sintetiza na bandeira de luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa e do Mundo. Quanto mais se agrava a crise mundial, quanto maior for a duração da guerra na Ucrânia e quanto mais o imperialismo impulsionar a escalada militar, mais vai ficando claro que somente a retomada da luta de classes pelo proletariado no seu campo de independência, em confronto com a burguesia e em combate à opressão imperialista, pode abrir caminho para reconquistar o terreno perdido para a contrarrevolução e impulsionar as transformações dirigidas à sociedade sem classes, o comunismo.

Este 1º de Maio constitui um momento propício ao objetivo de organizar a luta unitária da classe operária, em todo mundo, por suas reivindicações e pela bandeira de fim imediato da guerra, por uma paz sem anexação.

## PRONUNCIAMENTO DO POR NO ATO DA PRAÇA DA SÉ Primeiro de Maio socialista e Operário!

*Bom dia camarada, nós do Partido Operário Revolucionário distribuimos um Manifesto, que tem o seguinte título "Por um Primeiro de Maio operário, classista e internacionalista". O Primeiro de Maio é operário porque sua história está marcada com o sangue da classe operária, está marcada também pelo profundo ataque que a classe operária tem sofrido no último período, foram mais de 30 mil fábricas fechadas no Brasil nos últimos anos, por isso o Primeiro de Maio é operário.*

*O Primeiro de Maio é classista porque se coloca pela defesa de todas as classes trabalhadoras, pela defesa da pequena burguesia urbana explorada, do campesinato pobre e da classe operária. O Primeiro de Maio é classista porque ele está contra a burguesia e os patrões, está contra todos os seus governos, incluindo o governo federal Lula, porque é um governo burguês, um governo de frente ampla, que não está rompendo com os governos anteriores. O governo de Lula só rompe na pauta moral, na pauta ideológica, mas na pauta fundamental que é a econômica, é um governo de continuidade de Temer e de Bolsonaro, porque não rompe com a reforma trabalhista de Temer, não rompe com a reforma previdenciária de Bolsonaro, não rompe com o salário mínimo miserável de R\$ 1.300 e não rompe com o assistencialismo miserável. O governo Lula é de continuidade.*

*O Primeiro de Maio é internacionalista, por isso deve se colocar pelo fim da Guerra na Ucrânia. É uma guerra de dominação, uma guerra que foi criada e impulsionada pelos Estados Unidos, uma guerra que é manti-*

*da pelos Estados Unidos e pela OTAN, que usam a Ucrânia como bucha de canhão. A Rússia usa os métodos do imperialismo para utilizar a Ucrânia como escudo, e exerce a opressão nacional. Por isso, o POR levanta as bandeiras de "Fim da guerra", "pelo desmantelamento da OTAN", "pela autodeterminação e integralidade territorial da Ucrânia", "por uma paz sem anexações e sem as imposições do imperialismo". Essas são as bandeiras da classe operária. Essas são as bandeiras que os trabalhadores devem levantar.*

*Concluo, camaradas, dizendo que nós vivemos uma profunda crise de direção revolucionária. Por isso, precisamos superar, adentrar nos sindicatos, formando as oposições classistas e combatendo essa burocracia traidora, pelega. Temos de defender uma Oposição Revolucionária ao governo Lula, um governo burguês. Essas organizações que não compactuam com o governismo devem se juntar e formar uma frente de oposição ao governo.*

*Encerro, camaradas, puxando uma palavra de ordem, porque o Primeiro de Maio é internacionalista, seja na França, seja na Bolívia, seja na América Central, o Primeiro de Maio é internacional.*

*França, Bolívia, América Central, Primeiro de Maio é internacional!*

*França, Bolívia, América Central, Primeiro de Maio é internacional!*

*Obrigado, camaradas.*

## Abaixo a perseguição do governador Tarcísio e sua polícia ao 1º de Maio classista da Praça da Sé

A manifestação do Dia do Trabalhador, na Praça da Sé, ocorreu pela manhã, com a participação de diversos sindicatos, partidos e movimentos sociais. Foi um marco na luta contra patrões e governos. Muitas intervenções políticas foram feitas, sendo boa parte delas de crítica ao governador bolsonarista Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Como de costume, um carro de som de sindicato fornece o apoio necessário para que as intervenções políticas sejam feitas. Contamos assim com o apoio do Sindicato dos Químicos de São José dos Campos. Ao chegar no local da manifestação e estacionar o caminhão em frente à Catedral da Sé, onde tradicionalmente é colocado, dois PMs abordaram o motorista e organizadores com uma saraivada de perguntas e averiguações no veículo. Seguraram a carteira de motorista do condutor e os documentos do caminhão por algumas horas. Depois do ato concluído, por volta do meio-dia, devolveram os documentos e disseram que estava resolvido.

Quando o caminhão saiu, não pôde andar nem 2 km e foi abordado novamente pela PM, mandando encostar para realizar novas averiguações, disseram que o caminhão seria apreendido, e automaticamente o guincho chegou (já estava aguardando próximo).

Ficou claro que tudo foi previamente armado. Esse fato representa um ataque direto do governo do estado de SP ao Primeiro de Maio, classista e internacionalista da Praça da Sé. É certo que os organizadores do 1º de Maio do Anhangabaú, que chegaram a convidar Tarcísio para participar, não tiveram o mesmo problema. O governador bolsonarista e privatista mostra suas garras contra o movimento que luta com independência de classe.

É preciso rechaçar essa perseguição política e defender que nenhuma multa ou punição deve ser aplicada àqueles que lutam!

*Viva o Primeiro de Maio da Praça da Sé!*

## RIO DE JANEIRO

**Divisionismo marcou o Dia do Trabalhador**

O Primeiro de Maio no Rio de Janeiro foi marcado pela falta de unidade na construção de um movimento único em torno às reivindicações imediatas da classe operária e dos explorados. Em Madureira, foi feito um ato festivo das centrais sindicais, patrocinado pela Prefeitura e com a presença de Eduardo Paes e da Unidade Popular. Já em São Cristóvão, outro partido que se isolou nos atos do primeiro de Maio foi o PCB, que convocou um ato próprio contando somente com sua militância.

Na contramão da conciliação de classes, foi realizado o Ato do Primeiro de Maio Classista e Independente, que reuniu a

vanguarda carioca, inclusive sindicatos como SinTUFF, SindsCop, e SindPetro-RJ.

O POR interveio nesse ato classista com suas bandeiras, banca, distribuição de manifesto e conversa com os trabalhadores, muitos dos quais nos procuravam para saber mais sobre o partido.

O ato classista foi marcado pela unidade dos explorados em torno à independência de classe e das reivindicações de retomada das estatais, despejo zero, contra o arcabouço fiscal e pela revogação das contrarreformas do Ensino Médio, trabalhista e previdenciária.

## PERNAMBUCO

**O POR interveio no 1º de Maio na Várzea**

O 1º de maio é uma data em homenagem aos que tombaram na luta por redução da jornada laboral, melhores salários e condições de trabalho. Quando tem manifestações classistas e combativas, mostra aos patrões e governos a força coletiva da classe operária e demais explorados. No Recife, porém, o ato chamado pelas centrais foi guiado por outros objetivos, completamente alheios aos interesses dos trabalhadores. CUT, CTB, NCST, Força Sindical, Intersindical e UGT divulgaram apenas na antevéspera que o ato seria realizado na praia, totalmente festivo, sem nenhuma independência perante a burguesia e seus governos. As pautas prioritárias de redução na taxa de juros e valorização do salário mínimo, mostram a subordinação às disputas interburguesas e o abandono até mesmo da reivindicação do salário mínimo do DIEESE. O POR decidiu não participar dessa farsa.

A CSP-CONLUTAS chamou, de véspera, um “ato” para o dia 28 de abril, às 18h, na estação Recife do Metrô. Participamos, mas

não tem como dizer que foi um ato de 1º de Maio, foi feito em outra data e a manifestação nem mesmo foi precedida por um chamado às organizações combativas para construir juntas. Na Paraíba, a CSP-Conlutas se juntou a um ato com a CUT, CTB e NCST, no domingo, na praia, com o mesmo conteúdo festivo que em Pernambuco.

Ainda no Recife, no 1º de maio, o POR participou de um ato organizado pela juventude do bairro da Várzea e entorno, que tem realizado o sarau segundas anticapitalistas. Montamos banca, panfletamos, houve microfone aberto para as falas e uma programação cultural. As falas expressaram críticas ao salário mínimo anunciado pelo governo, e depoimentos sobre a condição de precariedade na vida e trabalho da juventude e trabalhadores. Falaram moradores de uma ocupação do MUST no bairro, estudantes, enfermeiras, dentre outros. Fizemos uma fala em nome do POR, reproduzimos abaixo:

**PRONUNCIAMENTO DO POR NO 1º DE MAIO ANTICAPITALISTA NA VÁRZEA, RECIFE**

*Saúdo, primeiro, a iniciativa do pessoal que organizou esse 1º de maio, de fazer esse momento democrático, de microfone aberto, isso é muito importante. Vou falar um pouco sobre o significado do 1º de maio. Tem até companheiros da Resistência Popular que estão divulgando o material sobre as origens do 1º de maio e é muito importante a gente lembrar dessas origens que é um dia de luta, classista, operário, pela redução da jornada.*

*A luta pela redução da jornada, por salários, por direitos, sempre se chocou com a violência da burguesia. Então, nesse dia, a gente homenageia os mártires de Chicago, que foram aqueles que morreram lutando para que se tivesse uma jornada de trabalho de oito horas, para que se tivesse o básico que é: oito horas de trabalho, oito de descanso e oito de lazer. Apesar de ter sido conquistado em lei, em vários países, hoje a gente tem perdido até mesmo essa legislação. No momento em que o desenvolvimento do capitalismo já nos permitiria trabalhar ainda menos horas, com tanta tecnologia, com tanta riqueza que foi produzida. Nesse momento, a imensa maioria dos trabalhadores sofre com o desemprego, com precariedade, os jovens sofrem com a escravidão dos aplicativos, muitos jovens nem estarem na escola e nem terem um emprego, e isso impacta ainda de forma maior as meninas, que são encarregadas de fazer o trabalho doméstico.*

*Ao mesmo tempo em que há uma imensa parcela da população, da juventude, sofrendo com o desemprego, o subemprego, aqueles que trabalham não têm mais limite na jornada. Quem tem carteira assinada sabe a hora que entra no trabalho, mas não sabe a hora que sai, porque a Reforma Trabalhista fez com que se normalizasse a jornada de doze*

*horas, os bancos de horas (nem mesmo se paga mais hora-extra). Quem trabalha, trabalha uma jornada imensa; outros vivem em formas análogas à escravidão; quem está nos aplicativos também não tem jornada. E uma imensa parcela da população está no desemprego e subemprego.*

*Para recuperar a origem histórica do 1º de Maio, é muito importante transformar nossa revolta em organização e fazer uma luta unitária por emprego para todos. Essa luta por emprego tem a ver também com várias outras lutas. Aqui nessa mesma praça, no ano passado, a gente veio aqui para chorar e protestar pela morte da Crismily Pérola, moradora aqui da Várzea que foi assassinada por ser uma pessoa trans. A Antra fala “Qual é a maior necessidade dessa população? É emprego e renda.” A luta das mulheres para acabar com a opressão se liga à necessidade de incorporar as mulheres ao trabalho formal, protegido, para que elas possam também garantir seu sustento e romper os vínculos de dependência econômica.*

*Quando se luta contra o Novo Ensino Médio, isso tem tudo a ver com o trabalho, tem tudo a ver com a necessidade de revogar a Reforma Trabalhista, da Previdência, porque esse Ensino Médio precário que estão oferecendo é o que eles acham que o jovem, que vai ser um trabalhador precário, desempregado merece. Mas a gente luta para derrubar esse Novo Ensino Médio, não para que volte a velha escola. Queremos uma escola vinculada à produção social, uma escola científica que vincule teoria e prática.*

*Temos um desafio enorme de nos organizarmos. Nossas tarefas prioritárias são derrubar todas essas contrarreformas que vieram depois do golpe, a Reforma Trabalhista, da Previdência, a Lei da Terceirização, que*

pioraram muito a situação de vida e de trabalho. Revogar de cima a baixo o Novo Ensino Médio, não tem o que salvar ali, não dá para remendar, tem de jogar fora de cima a baixo. E também lembrar de uma bandeira histórica dos trabalhadores, que é a defesa de que o salário mínimo deveria ser um salário suficiente para sustentar uma família trabalhadora. No passado, a própria CUT, movimento sindical, defendia o salário mínimo do Dieese, que é um salário mínimo calculado pelo departamento intersindical, que hoje está em mais de R\$ 6 mil reais, e isso, gente, não é uma coisa “ah, pra depois da revolução” é pegar a Lei do Salário Mínimo criada pelo Vargas, e depois colocada na Constituição, e calcular ali: qual é o mínimo necessário para uma família sobreviver, vivendo com dignidade, sem ter de viver na beira do rio, sofrendo com as enchentes, sem ter de viver na encosta do morro sofrendo com os deslizamentos, para ter uma alimentação suficiente. Essa bandeira tem sido abandonada até mesmo pelos sindicatos, você vê que eles estão com a bandeira de “melhoria do salário mínimo que existe agora” é esse salário mínimo está muito abaixo da necessidade.

Hoje, na maior parte do país, houve os atos de 1º de maio que foram atos festivos, que falavam “Trabalhador, não tem pelo que protestar, tem de festejar, porque agora a gente está reconstruindo o Brasil.” Mas é preciso ficar em alerta com esse discurso, porque enquanto colocam banda para o trabalhador dançar, o governo está atendendo aos interesses das mineradoras, do agronegócio, da grande indústria e dos banqueiros. Se criou um novo arcabouço fiscal em que a maior prioridade é garantir o superávit primário, que é dinheiro para os banqueiros. Temos de lembrar que nunca podemos abrir mão da nossa independência, da nossa organização. E se vierem falar “mas se você lutar por emprego, moradia, por terra, você tá ajudando a direita, porque a direita quer derrubar o governo.” A gente tem de responder que a gente vai enfrentar essa direita também com independência de classe. Porque quando mistura os interesses do trabalhador com o do patrão, é o trabalhador que sai perdendo.

Eu milito numa organização que é o Partido Operário Revolucionário, quem quiser conhecer mais a gente está com publicações, materiais que não tem nenhuma finalidade lucrativa, é só para a gente poder imprimir os materiais, divulgar as ideias. A gente convida as pessoas a conhecerem para poder dar uma resposta classista ao que a gente está vivendo, não só no Brasil, mas também internacionalmente. Porque o 1º de maio é uma data internacionalista, ele é o Dia Internacional dos Trabalhadores. E temos um problema internacional muito forte para enfrentar, que é a guerra, toda destruição climática que estão fazendo, tudo para atender aos lucros. Precisamos reconstruir as nossas organizações, retomar a experiência classista, retomar o internacionalismo, para poder ter uma resposta de conjunto a esses problemas. Queria saudar, parabenizar mais uma vez os companheiros que estão organizando, os companheiros do Sarau Segunda Anticapitalista, por permitir que a gente possa trocar ideias e transformar isso num ponto de encontro para se organizar de forma cada vez mais consciente. Então, palmas para os organizadores da Segunda Anticapitalista.



## CEARÁ

# 1º de maio marcado pelo governismo e eleitoralismo

Em Fortaleza, o ato do 1º de maio/2023 foi convocado pelas Centrais Sindicais e movimentos sociais para o bairro Pirambu, na Vila do Mar. A manifestação foi menor que nas edições anteriores, contando com cerca de 700 pessoas, que saíram pelas ruas do bairro encerrando a atividade na praça da rua Dom Quintino. A convocatória do ato ocorreu com as bandeiras: “Em defesa da revogação das reformas antipovo. Emprego, renda, salário mínimo valorizado, contra os juros altos e pela vida das mulheres”. Chamou a atenção a assinatura da CSP-Conlutas ao lado da CUT, CTB, Intersindical, entre outras, no cartaz oficial do ato, o que significou uma capitulação ao governismo e ao colaboracionismo da burocracia sindical reformista. Representantes desta central, chegaram a marchar na linha de frente do ato (segurando a faixa principal do evento) juntos à burocracia cutista e parlamentares governistas.

Como esperado, prevaleceu no ato a linha de apoio ao governo Lula/Alckmin que ficou explícito com os elogios de diferentes correntes às medidas do Palácio do Planalto, especialmente em relação ao reajuste do salário mínimo de fome (R\$ 1.320,00). A burocracia tratou de dirigir suas críticas à alta taxa de juros do BC, ao passo que setores do movimento sindical reivindicaram o piso nacional da enfermagem e a defesa do piso do magistério.

Chamou a atenção também a crítica da CUT e parlamentares petistas à cobrança taxa do lixo do prefeito José Sarto/PDT. Os ataques à gestão pedetista têm um claro viés eleitoral e objetiva preparar a candidatura petista ao Paço Municipal em 2024. É preciso lembrar que a CUT não mobilizou nenhum ato em Fortaleza quando da aprovação da taxa na Câmara Municipal, no início do ano.

O POR esteve presente no ato com sua coluna de militantes e simpatizantes, defendendo uma política de independência de classe frente aos governos burgueses, levantando as reivindicações de defesa da vida das massas (emprego a todos por meio da redução

da jornada de trabalho sem redução de salário, salário mínimo vital, revogação das contrarreformas, estatização dos bancos etc.) e propagandeando a estratégia da revolução proletária e do governo operário e camponês. Interveio com seu manifesto, banca de materiais, bandeiras, faixas e, especialmente, um carro de som próprio, que permitiu expor em melhores condições a defesa de um 1º de maio operário, classista e internacionalista. A intervenção no ato permitiu a formação circunstancial de um bloco antigovernista com companheiros do GEAP e Crítica Radical que se diferenciou dos setores majoritários sob a linha governista.

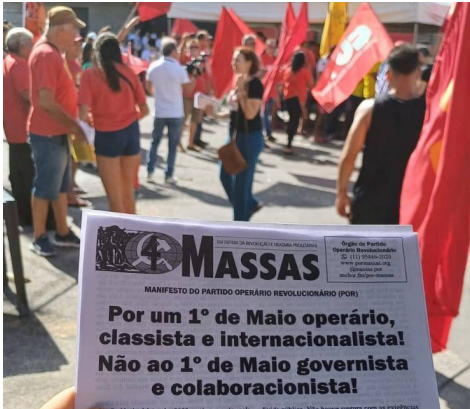
A estagnação econômica, a continuidade da crise política e a decomposição da democracia burguesa apontam a necessidade de se defender a independência de classe dos explorados diante das frações burguesas em disputa. A tarefa colocada é a de fortalecer o partido operário revolucionário, seção brasileira do comitê de enlace pela reconstrução da IV Internacional e erguer as frações marxistas-leninistas-trotskistas no seio da juventude e da classe operária.





**RIO GRANDE DO NORTE**

**Centrais sindicais realizam 1º de maio festivo em Natal**



O 1º de maio em Natal/RN teve um caráter festivo, parado e com shows culturais. Foi realizado no bairro das Rocas, um bairro da classe média arruinada próximo à praia. Não apontou para uma luta em defesa das reivindicações mais sentidas. Expressou a política do reformismo de festejar a eleição de Lula, como se estivéssemos agora em um governo que defendesse os interesses dos explorados.

O POR atuou com distribuição do manifesto e conversas com os presentes, defendendo um Primeiro de Maio Operário, Classista e Internacionalista. Não é dia de festa, e sim dia de ir às ruas, com manifestações massivas, palavras de ordem e a defesa das reivindicações gerais, como salário mínimo vital, emprego e moradia para todos, revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio. Durante as conversas, pudemos obter a simpatia de alguns participantes, dentre eles integrantes do movimento por moradia, que não se entusiasmaram em curtir os shows culturais, enquanto que suas condições de vida só têm piorado.

**RIO GRANDE DO SUL**

**Ato pelo 1º de maio “independente” esvaziado e inexpressivo**

Em Porto Alegre, o ato convocado pelo PSTU, MRT, PCB, UP, Alicerce e FAG esteve reduzido a alguns militantes dessas correntes e se realizou em frente à Prefeitura da cidade, terminando com uma breve marcha pelas ruas vazias do centro até o Largo Zumbi dos Palmares. Outras organizações estiveram presentes, como o POR e a Nova Democracia.

As intervenções estiveram voltadas majoritariamente a condenar as alianças do PT com os partidos da direita, inclusive com bolsonaristas, e a lembrar das reformas e das privatizações que o atual governo não pretende revogar e desfazer. No entanto, nenhum balanço foi feito sobre suas posições do ano anterior, quando se colocaram pelo fortalecimento da campanha eleitoral de Lula e Alckmin.

Alguns militantes sindicais vinculados às correntes também falaram, sobre questões relacionadas às suas categorias, como por exemplo metroviários, que entrarão em greve no dia 8 de maio, e professores, sobre a reforma do ensino médio e o ataque do governo estadual ao IPE saúde dos servidores públicos. Mas tais intervenções não passaram de denúncia dissociada de qualquer plano de luta para os próximos dias.

A militante do POR que havia se inscrito para falar teve sua

fala tirada da lista e colocada para o fim, para que fosse feita durante a marcha, junto das cantorias e tambores da militância das outras correntes. Isso gerou uma confusão entre os militantes do POR e a pessoa responsável pela organização das inscrições, pois esta alegou que não havia tempo suficiente para todas as organizações falarem, que o POR não poderia ter espaço por não ter feito parte da organização do ato e que não caberia mais falas porque todos já haviam sido contemplados pelas manifestações até então realizadas.

Ocorre que nenhuma intervenção anterior expressava a posição do POR. Ademais, a organização do ato foi feita em reuniões de cúpula, não convocaram os lutadores para construir o ato e nem divulgaram com antecedência. Os militantes da Nova Democracia, por exemplo, só tomaram conhecimento do ato por causa das colagens feitas massivamente na cidade pelo POR, divulgando o ato. E quanto ao argumento de que não havia tempo para todos se expressarem, beira ao ridículo, pois além de ter sido uma manifestação pequena resumida à militância, os membros do PSTU falaram três vezes ao microfone.

Após a discussão, foi dado à militante do POR que havia se inscrito o direito a se manifestar. Segue a transcrição:

**Pronunciamento do POR no 1º de Maio independente**

*Bom dia companheiros,*

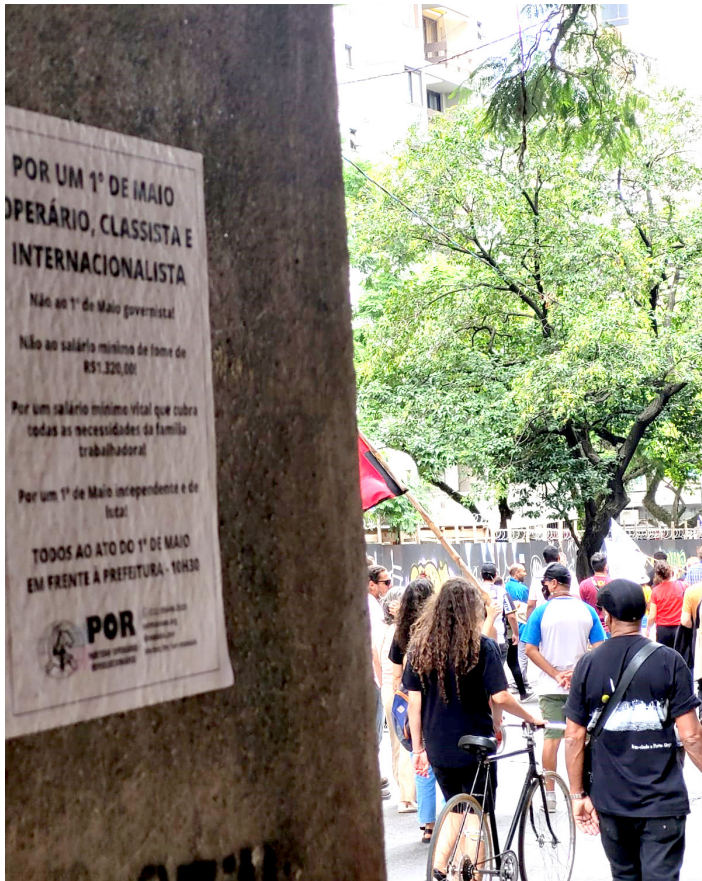
*Eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Primeiramente, é necessário ressaltar a importância desse ato que está se realizando hoje, em contraposição ao ato governista no Gasômetro, que está aliado com os piores elementos da política burguesa e com os patrões. Podia ser maior, podia ser massivo, podia! Mas para isso é preciso que uma autocritica e um balanço sejam feitos por aqueles que no ano passado se embocaram por trás da campanha eleitoral petista. Mas esse ato é importante porque nós não podemos admitir o esvaziamento do sentido político do 1º de maio, não podemos admitir que se transforme em um dia festivo esse dia que historicamente simboliza a luta de vida ou morte dos trabalhadores. Até porque, companheiros, nós não temos nada para festejar.*

*A gente está vivendo hoje as consequências da reforma trabalhista. A gente está vivendo as consequências da lei da terceirização, diretamente responsável pelas condições insalubres e pela triplicação do trabalho considerado análogo à escravidão nos últimos anos! A gente está vendo fábricas fechando, milhares de operários sendo jogados no desemprego.*

*A juventude abandonando escola, abandonando estudo para trabalhar 18 horas por dia em trabalhos informais ultra precários! E aqueles que continuam empregados formalmente, recebendo um salário mínimo irrisório que mal paga uma cesta básica, muito menos serve para sustentar uma família e garantir moradia. As ruas estão lotadas de homens, mulheres e crianças desalentadas! O custo de vida é inalcançável para esmagadora maioria da população. E por isso se generaliza a pobreza, a miséria, a fome, a violência.*

*Além disso, estamos vivendo uma guerra, que começou há mais de um ano e tende a continuar e a ultrapassar as fronteiras da Ucrânia e se transformar em uma guerra mundial, empurrando a humanidade para uma tragédia provavelmente irreversível. Uma guerra que reflete o apodrecimento de um sistema baseado na exploração, no saque e na violência. Isso é o que o capitalismo tem para oferecer, companheiros, guerra, fome, miséria, genocídio, doenças. O Estado burguês, suas instituições, não podem solucionar todos esses problemas porque, em primeiro lugar, esse Estado existe para garantir a continuidade*





da exploração capitalista. Isso ficou mais do que comprovado com os milhões de mortos na Pandemia, onde o principal interesse foi lucrar com as vacinas. Fica comprovado diariamente com a perseguição política aos lutadores. Marielle foi assassinada. Torturam e matam lideranças camponesas e indígenas todos os dias. Grevistas são demitidos, processados, a juventude é encarcerada, os presídios estão lotados. Não existe democracia no capitalismo!

Por isso, companheiros, reafirmo que não existem razões para festejar. As direções das centrais sindicais, dos sindicatos, dos movimentos populares, das entidades estudantis, estão cada vez mais subordinadas ao Estado. Com a volta do PT à presidência, ancorado em uma frente ampla com os setores mais asquerosos da política burguesa que estiveram à frente do golpe de 2016, as direções controladas pelo PT e pelos seus satélites, estão subordinadas à manutenção da governabilidade do Lula e montaram um 1º de Maio governista, festivo, que não expressa em nada a luta dos explorados, apenas os interesses dos patrões. Essa burocracia precisa ser atropelada, precisa ser varrida dos organismos de luta das classes trabalhadoras. Precisamos recuperar nossas organizações. Nossas organizações devem estar a serviço de organizar a luta dos explorados por suas próprias reivindicações e não em defesa abstrata de uma democracia ilusória, ou a baixa de juros para os capitalistas como estão reivindicando agora. E essa luta pelas nossas reivindicações só pode ser levada adiante com os nossos métodos históricos de combate que são as greves, as ocupações, os bloqueios e não as eleições ou recorrendo à justiça.

O primeiro de Maio é uma data socialista!! Portanto, deve expressar a luta da classe operária e da maioria oprimida em defesa das suas vidas e por sua estratégia própria de poder, o que só é possível combatendo todas as variantes da política burguesa e com a unidade internacional do proletariado para responder a decomposição do capitalismo.

**Viva o 1º de Maio, operário, classista e internacionalista!**

## PARANÁ

### Sindicatos do interior abandonam o estado para se somarem ao ato governista de São Paulo

Neste primeiro de Maio, os burocratas sindicais se superaram. Não ficaram apenas nas festas e churrascos sem qualquer manifestação política classista, resolveram pegar os ônibus e engrossar o ato governista de São Paulo. Sindicatos da CUT, Força Sindical e UTG, de Londrina, abandonaram os trabalhadores numa conjuntura terrível em que a classe padece baixos salários, precarização crescente, informalidade, desemprego e miséria para atender o pedido de engrossar o ato com o Lula.

Diante dessa vergonhosa debandada, pequenos grupos anarquistas e até de alguns vinculados ao PCB organizaram na periferia de Londrina atividades para lembrar o 1º de Maio, numa tentativa de ocupar o espaço em branco causado pelos burocratas.



Os militantes do POR intervieram no ato realizado por esses agrupamentos, distribuindo a declaração do Partido: “Por um Primeiro de Maio independente do governismo e contra o colaboracionismo das direções sindicais burocratizadas”.

Na intervenção do POR foi enfatizada a importância da independência de classes, o caráter internacionalista da política operária, os perigos da escalada militarista do imperialismo sobre os povos do Leste Europeu e da China e a necessidade da organização das massas em torno às suas reivindicações, vinculando essas lutas à bandeira da revolução proletária.



## TV A COMUNA:

# Dia Internacional do Proletariado

*A TV A Comuna fez uma atividade virtual com várias organizações e militantes, como ART, Cem Flores, Partido Obrero (Argentina), membros do Comboio Coletivo de Portugal e Taiwan, dentre outros. O POR participou com a seguinte fala, transcrevemos a partir dos agradecimentos, com ajustes na linguagem para deixar mais direta. O vídeo pode ser conferido no link ou pelo QR code ao lado:* [youtube.com/watch?v=G6tdn\\_RsCRI&t=6957s](https://youtube.com/watch?v=G6tdn_RsCRI&t=6957s)



O Partido Operário Revolucionário (POR), membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional, tem debatido nesse 1o de Maio como está cada vez mais grave a crise de direção revolucionária, em nível nacional e internacional. Vivenciamos o prolongamento da guerra na Ucrânia, com grandes consequências na vida dos trabalhadores. Vários conflitos bélicos estão explodindo, como agora no Sudão. Os próprios organismos internacionais do imperialismo prognosticam crise, estagnação econômica e provável recessão. A crise bancária se desenvolve com novos episódios e os Estados respondem socorrendo os bancos e impondo que os trabalhadores paguem a conta, com corte de direitos e elevação no custo de vida. Ao mesmo tempo em que há protestos acontecendo, como na Europa, com destaque para a luta dos trabalhadores franceses contra a reforma da previdência, ainda não consegue dar uma resposta coordenada, não só conjuntural, mas também estratégica, do ponto de vista da classe operária, dos explorados.

A guerra tem sido conduzida sem a intervenção do proletariado europeu e internacional, de forma organizada. Trata-se da única força capaz de dar uma resposta progressiva para o conflito. É necessário ligar essas lutas contra as contrarreformas, a alta do custo de vida e a inflação, com uma luta pelo fim da guerra, contra a OTAN, contra bases militares na Europa. É preciso unir o proletariado ucraniano, russo, como parte do proletariado europeu, para que haja uma paz sem as imposições do imperialismo, mas também com a garantia da autodeterminação ucraniana.

No Brasil, apesar das ilusões despertadas, o governo Lula/Alckmin é um governo burguês que tem como fundamento a manutenção das bases da política econômica de Temer e Bolsonaro. Tanto é que Lula não vai reverter as contrarreformas da previdência, lei da terceirização, trabalhista, do ensino médio, e também não vai reestatizar aquilo que foi privatizado. Vai dar sua continuidade, à sua maneira. As centrais sindicais, no último período, substituíram a luta direta para derrubar essas contrarreformas, pela luta eleitoral, canalização para o parlamento. Isso foi um grande engano. O novo governo está mantendo o salário mínimo de fome e não tem como agir em relação à crise estrutural do capitalismo. As burocracias sindicais, estudantis e populares têm feito uma verdadeira blindagem ao governo. O 1o de Maio mostra isso, porque as centrais organizaram atos festivos, com a ideia de que estamos comemorando a reconstrução do Brasil e que cabe aos trabalhadores fazerem parte dessa reconstrução. E como eles fazem parte dessa reconstrução? Sem lutar. "Pode festejar, pode dançar ciranda, pode fazer tudo isso, agora lutar não pode. Porque, se lutar, está ajudando a extrema direita".

Para o governo se manter, ele precisa como elemento básico, primeiro, agradar ao imperialismo. Em uma conjuntura bastante difícil de guerra comercial com China, ele tenta se equilibrar em torno desses conflitos, também sem perder o seu grande parceiro comercial que é a China. Em segundo lugar, tem de agradar as oligarquias, que dominam o parlamento. Para isso, precisa incorporar dentro do próprio governo todos os setores que golpearam o

PT no momento anterior. Então é uma grande mentira dizer que se combate a extrema direita não lutando. Pelo contrário, a única garantia é combater de conjunto a burguesia e suas organizações, lutando pelas nossas reivindicações mais básicas. A luta pelo emprego para todos, a luta pelo salário de acordo com as necessidades da família trabalhadora. O salário que as centrais estão pedindo para ser valorizado ainda é um salário de fome. Não se pode cair nessa enganação. Uma das pautas principais do 1o de Maio das centrais é a redução da taxa de juros. Buscam unidade com a burguesia industrial, em vez de estar levantando a luta pelo emprego, salário, pela revogação das contrarreformas. Uma luta que não tem como se dar em unidade com nenhuma fração burguesa. É uma luta dos trabalhadores e trabalhadoras em unidade com todos os explorados e oprimidos do campo e da cidade.

O que se precisa é erguer organizações capazes de ajudar a classe operária a transformar sua revolta instintiva em organização, em consciência. A militância faz isso com o trabalho cotidiano, nas portas de fábrica, intervindo em cada luta que acontece, forjando nossas organizações e nossos quadros. A maior parte dos atos de 1o de Maio são governistas, sem nenhuma independência de classe. Mas também há iniciativas aqui que precisam ser mencionadas, como o 1o de Maio da Praça da Sé (SP), que o POR tem construído com a pastoral operária e outros partidos, diante da impossibilidade de fazer qualquer combate sério no interior do 1o de Maio do Vale do Anhangabaú. Um ato festivo, com palanque até mesmo para o direitista Tarcísio, governador de São Paulo. É importante também se apoiar nessa luta que está acontecendo na Europa, no 1o de Maio Francês. Com base nisso, é preciso trabalhar cotidianamente para transformar também o conhecimento teórico que tantos companheiros têm aqui em relação ao marxismo em prática revolucionária. Tentar transformar isso em organização, criar os comitês de luta nos locais de estudo, trabalho e moradia. Difundir, como a gente tem feito aqui, as experiências de luta dos trabalhadores e a importância dos métodos de ação direta, os métodos da luta classes, para que se possa, de fato, lutar pelas nossas bandeiras, as nossas reivindicações, mas também como parte do combate pela interrupção da marcha à barbárie social a que a burguesia nos tem levado, com as guerras, o extermínio da juventude, o genocídio indígena, a destruição da natureza e o recrudescimento das opressões.

Temos um outro caminho a oferecer à humanidade. Esse caminho de colocar a riqueza, que foi produzida pela classe operária, a serviço de toda a humanidade, não só da minoria detentora dos meios de produção; de retomar as experiências revolucionárias sobre como é possível transformar a propriedade privada dos meios de produção em propriedade social. Base também para se eliminar a opressão sobre a mulher, todo tipo de opressão, é acabando com a propriedade privada que vamos acabar com a escravidão da mulher no lar e eliminar todos os limites ao desenvolvimento pleno dos seres humanos com toda a sua diversidade. Viva o 1º de Maio, uma data proletária, socialista, internacionalista. Precisamos resgatar suas origens.





# NOSSA CLASSE

Pela organização independente dos trabalhadores!  
Sob o programa de revolução proletária!

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XIX - Maio de 2023

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org

@massas.por -- anchor.fn/por-massas

Nota do Boletim Nossa Classe

## Lay-off na Mercedes

### Operários denunciam mais uma traição da direção sindical

Um operário da Mercedes revoltado enviou a seguinte denúncia: *O sindicato fez assembleia aqui e veio com a mesma conversa de sempre, defendendo a empresa. Começaram justificando que devido à falta de peças, alta dos juros e queda nas vendas, a fábrica iria produzir apenas em um turno, durante dois ou três meses, a partir de maio. Depois de apresentar os motivos da empresa, eles não deram opções. Falaram que para enfrentar a redução na produção a proposta da fábrica era o lay-off e pediram votação. Não perguntaram nem quem concordava ou não concordava. Só informaram que a empresa daria o lay-off em maio e perguntaram “você está ciente?”.*

*Não apresentaram nenhuma contraproposta dos trabalhadores. Simplesmente informaram e pediram o voto de aceitação dos trabalhadores. Os trabalhadores colocados em lay-off ficam com o contrato de trabalho suspenso e o tempo não conta para as férias, 13° e aposentadoria.*

*Na primeira votação, a maioria dos trabalhadores não levantou as mãos, não deu apoio à proposta. Só na segunda votação, depois da direção mentir dizendo que organizaria a luta, a proposta foi aprovada. O pior, o sindicato não falou nada sobre como ficaria a situação dos trabalhadores com contrato temporários demitidos em outubro e os que vencem o contrato agora em maio.*

A denúncia do companheiro só confirma o que o Nossa Classe vem falando. A direção dos metalúrgicos do ABC deixou de ser representante dos trabalhadores e passou a ser representante dos patrões. Quando faz assembleias, parece membros do RH da empresa. Faz e fala sempre o que a empresa manda. Não apresenta nenhuma proposta para defender os empregos, os salários e os direitos dos trabalhadores, para se opor e combater a proposta patronal de demissões, terceirização, redução de salários e direitos.

Os operários da Mercedes, Volkswagen, GM e demais empresas do país devem expulsar a pelegada da direção dos sindicatos e construir uma nova direção, de luta, independente, classista e revolucionária. Uma direção que organize a luta contra as demissões, a terceirização, a redução de salários, o lay-off, o banco de horas etc. Um sindicato que defenda a redução da jornada, sem redução dos salários, para garantir os empregos e salários. Que defenda a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho. Que defenda a greve, a ocupação das fábricas, a estatização das fábricas que ameaçam fechar, sem indenização, sob o controle operário.

## Lutar pela efetivação dos trabalhadores terceirizados! Unidade dos trabalhadores terceirizados e efetivos

Com a terceirização, os patrões reduzem seus custos, dividem os trabalhadores e cortam salários e direitos. A terceirização é como um câncer para a classe operária. As empresas começaram terceirizando os serviços de limpeza, depois o refeitório, a segurança e outros. A lei da terceirização de Temer, aprovada no Congresso Nacional, permitiu às empresas terceirizarem setores diretos da produção. Com o avanço da terceirização, hoje, dentro das fábricas existem vários pisos salariais e vários sindicatos. Os trabalhadores estão divididos. Além dos trabalhadores terceirizados, têm ainda os trabalhadores com contrato temporário. Os trabalhadores terceirizados e temporários ganham, em média, 1/3 do salário pago aos que são efetivos. As direções do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e dos demais sindicatos, ligadas à CUT e outras centrais, abandonaram a luta contra a terceirização e passaram a defender

a terceirização. Com a ajuda dos diretores sindicais traidores, as montadoras e demais empresas estão conseguindo demitir os trabalhadores efetivos, que ganham um salário maior, contratar trabalhadores temporários ganhando menos e terceirizar setores inteiros da produção.

Companheiros, devemos nos organizar em cada fábrica, em cada sindicato para acabar com a terceirização e lutar para impor aos patrões a efetivação de todos os trabalhadores terceirizados. Acabar com os salários diferenciados e a divisão entre os trabalhadores. Trabalho igual, salário igual! A direção sindical e seus diretores estão ajudando os patrões a terceirizar. Devemos, portanto, nos organizar, construir oposições de luta, independente, classista e revolucionárias, em todas as fábricas e setores, para expulsar os dirigentes pelegos e construir uma nova direção para os sindicatos.

## Aumentam os acidentes e mortes no trabalho

### É necessário constituir as CIPAS classistas e independentes dos patrões!

Acidentes de trabalho matam sete trabalhadores por dia. Essa é a divulgação do próprio órgão burguês, o SmartLab, que mensura apenas casos de trabalhadores com carteira assinada. No passado, o número de trabalhadores mortos subiu em 36% - foram 2.538 mortes. Isso sem contar com os trabalhadores precarizados nos subempregos e autônomos.

De 2012 a 2022, o Observatório de Saúde do Trabalhador registrou 6.774.543 notificações de acidentes e 25.492 acidentes com mortes. Dessas notificações, os trabalhadores relatam ‘fraturas, cortes, esmagamentos, lacerações, ansiedade e depressão’. O asfas-

tamento dos trabalhadores por doenças ocupacionais somaram mais de dois milhões.

A classe operária vem sentindo na pele a precarização e a miséria. Vem perdendo sua vida nas fábricas para manter os altos lucros da patronal. A precarização, agravada com a terceirização, vem mutilando ou ceifando vidas de parte da classe operária e demais explorados. É posta a tarefa de constituir Cipas e Comissões de fábricas de luta, classistas e independentes. Impor o controle operário da produção, como única forma de garantir condições seguras de trabalho, defender os empregos e a vida dos trabalhadores.

Rio Grande do Sul - Boletim Nossa Classe – maio

## **Metroviários anunciam greve para 8 de maio**

### **Os usuários da Trensurb precisam apoiar a luta dos metroviários**

Os metroviários aprovaram em assembleia entrar em GREVE, a partir do dia 8 de maio. A principal reivindicação é a defesa da TRENURB contra o processo de privatização. O Boletim Nossa Classe do POR, chama os usuários da Trensurb a se colocarem ao lado dos metroviários contra a entrega da empresa para a iniciativa privada, apoiando a greve. Denuncia a manobra da precarização dos serviços como pretexto para justificar as privatizações, induzindo a população ao engano de que, por princípio, o Estado não é capaz de administrar a empresa e justificar dessa forma, entrega desta para grupos capitalistas.

A entrega das empresas estatais para grupos nacionais e internacionais significa entregar os serviços para o capital financeiro e que este os explore apenas como fonte de enriquecimento privado. Todas as empresas estatais privatizadas desde a época do Fernando Henrique Cardoso, operam apenas para beneficiar os seus proprietários privados, quer dizer, aplicam medidas para reduzir custos e aumentar os seus lucros. Dessa forma, o serviço prestado à população tem a sua qualidade prejudicada, e fica cada vez mais cara. Isso afeta também os trabalhadores da empresa,

que têm seu salário e seus direitos trabalhistas condicionados a elevação ou baixa da taxa de lucro dos proprietários.

A privatização da TRENURB decorre da pressão do capitalismo em crise, situação que tem levado o grande capital imperialista a atacar os países semicoloniais, como o Brasil, obrigando os governos fantoches a entregar para a iniciativa privada aquilo que ainda está sob controle dos Estados nacionais. Por isso, para lutar contra a privatização da TRENURB é preciso lutar contra a privatização de todas as outras estatais que o governo pretende entregar à iniciativa privada, e lutar pela reestatização daquelas que já foram entregues, em um movimento nacional contra as privatizações, pela reestatização do que foi privatizado, sob controle dos trabalhadores e usuários dos serviços e pela nacionalização do que está sob controle do capital estrangeiro. Esse combate deve fazer parte de uma luta geral de todos os trabalhadores contra a decomposição do capitalismo, que leva à maior exploração imperialista e arrasta os trabalhadores para a miséria, fome e guerras.

Rio Grande do Sul - Boletim Nossa Classe – 26 de abril

## **Em defesa do IPE Saúde, contra a reestruturação proposta por Leite, e pela revogação das contrarreformas antioperárias**

O governo do estado do Rio Grande do Sul (RS) pretende aumentar a contribuição dos servidores, para financiar o que ele chama de desequilíbrio do IPE-Saúde e instituir inclusive a cobrança adicional pelos dependentes.

O pretexto é o mesmo que vários governos estaduais, municipais e federal. Usam para justificar esse ataque: a necessidade de procurar o equilíbrio atuarial, enfatizando neste caso a necessidade de cobrança pelos dependentes. O governador chegou a comparar o IPE Saúde com os planos de saúde privados e o governo do estado, com as empresas capitalistas para defender a sua iniciativa antipopular.

A Frente de Servidores em Defesa do IPE Saúde questionou, corretamente, que a causa de um eventual déficit se deve principalmente ao arrocho salarial imposto ao funcionalismo, que já ultrapassa 60% nos últimos nove anos. Também apontou, corretamente, que a política de arrocho salarial se “conjugou” com a ofensiva de retirada de direitos em curso. De fato, este ataque do governador – candidato a herdar a liderança do bolsonarismo – faz parte do conjunto de contrarreformas como a trabalhista, previdenciária, ensino médio etc. Contrarreformas diante das quais o conjunto dos trabalhadores terá de travar uma dura luta, pois o governo Lula pretende mantê-las.

Ataques semelhantes aos que Leite está perpetrando já ocorreram em outros estados da federação. Decorrem da profunda crise

capitalista, e a burguesia não tem outra alternativa que não seja descarregar os custos sobre os trabalhadores e favorecer os interesses do “mercado” e, no caso do IPE Saúde, a máfia dos médicos e hospitais.

O Boletim Nossa Classe do Partido Operário Revolucionário apoia a luta dos servidores públicos do Rio Grande do Sul contra o governo Leite, que pretende arrancar mais direitos e conquistas dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, adverte que a luta contra esses ataques não pode se limitar à defesa de condições exclusivas dos servidores, numa perspectiva corporativa, mas, deve confluir com a luta geral dos oprimidos pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, do ensino médio etc. Além disso, como parte das reivindicações que atendam o conjunto das massas trabalhadoras, é necessário levantar nesta luta contra o governo Leite a estatização sem indenização de todo o sistema privado de saúde (laboratórios, hospitais, indústria farmacêutica etc.), a constituição de um único e verdadeiro sistema público e gratuito de saúde com cobertura universal e sem restrições de qualquer natureza. Todo apoio à luta dos servidores públicos do Rio Grande! Pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do Ensino Médio! Pela estatização de todo o sistema privado de saúde! Constituição de um verdadeiro sistema único e gratuito de saúde!

**O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR).  
Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a luta dos explorados em  
defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.**

## Rio Grande do Sul

**Manifestação dos servidores públicos**

Na última quarta-feira, 26 de abril, ocorreu em Porto Alegre o ato unificado dos trabalhadores da rede pública do estado do Rio Grande do Sul, convocado pela FSP/RS (Frente dos Servidores Públicos do RS) em sinal de rechaço ao projeto de reestruturação do IPE Saúde. Projeto apresentado pela atual gestão do governo de Eduardo Leite, que tem como precedente a divisão do IPERGS em duas autarquias, IPE Saúde e IPE Prev, destruição do serviço público, para favorecer o capital financeiro, pavimentado pelo governo do emedebista José Ivo Sartori. A manifestação levantava ainda a bandeira de defesa dos salários a partir da necessidade apontada pelos organizadores, e sentida por todos os trabalhadores de revisão geral dos vencimentos do funcionalismo público. O ato público contou com a participação de servidores de inúmeras regiões do estado, de variadas categorias, mostrando a disposição de luta dos trabalhadores da rede pública estadual.

Eduardo Leite se mostra tão autoritário quanto foi José Ivo Sartori, líder político aclamado pela burguesia sul rio-grandense, quando este deu início a destruição do IPERGS, através de projetos de lei, sem consultar beneficiários e expondo à iniciativa privada financeirista previdenciária mais de 1 milhão de funcionários públicos no Rio Grande do Sul. Leite impõe seu projeto, assim como Sartori, sem ouvir ou consultar sindicatos e entidades representativas, tampouco o conselho deliberativo do instituto. Leite e Sartori têm em comum não somente o método, como também o objetivo nefasto de suas medidas, o favorecimento da classe capitalista em detrimento do serviço e do servidor público. Beneficiamento de bancos e instituições financeiras previdenciárias, beneficiamento de empresas de plano de saúde

privado, ao invés de valorizar e proteger o trabalhador do estado da degradação salarial.

O FSP/RS é um coletivo de aproximadamente 20 entidades representativas dos servidores estaduais, dentre elas o CPERS sindicato. O ato estava fortalecido com a campanha dos professores contrários à reforma destrutiva do ensino médio imposta no governo Temer e que está sendo endossado pelo atual governo Lula/Alckmin.

O POR interveio por meio do Boletim Nossa Classe reiterando a necessidade de rejeitar veementemente a proposta de reestruturação do IPE Saúde, que significa na prática um ataque às condições de vida das famílias dos Servidores do estado do Rio Grande do Sul. Assinalou a necessidade de uma luta unificada pelo fim das contrarreformas, defesa de um salário mínimo vital e levantar uma oposição revolucionária ao governo Lula/Leite/Melo.

E salientou a importância de não se ater somente às medidas relacionadas ao IPE Saúde, fortalecer e impulsionar a luta pelo fim do Novo Ensino Médio e todas as medidas antioperárias, antipopular, pró capitalista e pró imperialista dos governos burgueses de Lula, Bolsonaro e Temer. Para a efetiva defesa dos interesses do funcionalismo e para que possamos sair vitoriosos desse embate com o Estado se faz necessário que os sindicatos presentes nessa frente convoquem uma Assembleia Geral, com ampla mobilização e presença das bases, ao invés de reuniões de cúpulas com as entidades presentes na FSP. Construir uma assembleia deliberativa e democrática para debater e definir os próximos passos em defesa ao avanço privatista do serviço público estadual chefiado por Eduardo Leite.

## Paraná

**Greve dos docentes das universidades estaduais inicia dia 8 de maio**

Numa vibrante assembleia, em torno de duzentos e cinquenta docentes da UEL aprovaram a deflagração da greve por tempo indeterminado a iniciar-se no dia 8 de maio. É a primeira universidade a deflagrar a greve no estado. Na próxima semana, outras quatro universidades farão assembleias de deflagração da greve, que deverá ser unificada em todo estado.

A reivindicação que unifica todo o movimento é a reposição de 42% de perdas acumuladas desde 2016, ou seja, 7 anos sem reposição e nenhuma perspectiva do governo negociar com o movimento. Para piorar a situação, informalmente o governo Ratinho Jr. acena que concederá 5,79% em agosto, quer dizer, até lá esse índice já poderá ter sido carcomido pela inflação.

O movimento que deveria ser unificado com todo o funcionalismo será limitado aos docentes do ensino superior, pois as demais categorias vêm negociando em separado com o governo algumas migalhas na forma de alterações nos planos de cargos, carreiras e salários de cada grupo. Essa fragmentação operada pelo governo é facilitada pelas burocracias à frente dos sindicatos, principalmente à da APP, que representa os professores do ensino médio e fundamental, dirigido pelo PT, e que tem uma longa história de traições ao movimento unificado. Por se tratar do maior sindicato, no entanto, o peso contrário à organização de uma poderosa greve unificada do funcionalismo que esse sindicato exerce é muitas vezes decisivo.

Há que destacar que desta vez os sindicatos dos docentes das 7 universidades estaduais assumiram a defesa da greve, se opondo inclusive às manobras dos reitores em conluio com o governo, que jogaram um balão de ensaio de alterar a tabela da carreira, o que

pode seduzir uma boa parte dos professores. Como a ideia ainda não conta com o aval do governo, nem foi apresentada por ele aos professores e à assembleia legislativa, a manobra foi neutralizada, e ao invés de bloquear o movimento, provocou mais raiva e indignação.

Confirmando a greve nas outras universidades, o movimento pode crescer inclusive incorporando outras reivindicações, que extrapolem a questão salarial. Particularmente aguda é a questão da Lei Geral das Universidades, aprovada pelo governo no final de 2021 que já está restringindo a substituição dos docentes aposentados ou mortos, assim como o cerceamento da pouca autonomia que têm as universidades. Subjacente a esse assunto, se coloca a defesa da universidade pública e gratuita assim como a relação da burocracia universitária com o governo, quer dizer, o problema das reitorias serem braços do governo dentro das universidades.







São Paulo

## Ato do dia 26 em SP é marcado pelo divisionismo e governismo

Milhares de trabalhadores da Educação tomaram a Av. Paulista no dia 26 de abril, demonstrando que há disposição de luta, apesar da política imobilista de suas direções. O chamado para um dia de greve nacional foi feito pela CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), embora esta não tenha movido uma palha para concretizá-lo – aliás, há muito tempo a CNTE não possui qualquer presença efetiva no chão de escola, permanecendo como um aparato distante da realidade dos professores e funcionários. Na convocatória, a entidade apontava a necessidade de cobrar dos governos o cumprimento do Lei do Piso Salarial, além da luta pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM). Na prática, a CNTE tem demonstrado uma política avessa à mobilização, pois é dirigida politicamente pela Articulação Sindical/PT, corrente que obviamente não pretende lutar contra um governo que considera como “seu”, o governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin.

A APEOESP formalmente acrescentou às duas reivindicações mencionadas acima (Piso e NEM) outros itens da pauta específica da categoria, enquanto, concretamente, também não tenha despendido a energia necessária para levantar o professorado desde as escolas. A Diretoria do SINPEEM (municipais da capital) fez uma convocatória tímida, sob a pressão da eleição sindical, tendo trabalhado nos bastidores contra a mobilização (vazaram áudios de diretores afirmando que não era para os trabalhadores aderirem). A AFUSE, sindicato dos funcionários da rede estadual, simplesmente se calou. As entidades estudantis compareceram ao ato com representações, ou seja, sem as suas bases. Como se vê, a presença massiva de pessoas se deveu não a um trabalho consciente e organizado de mobilização por parte das direções, mas a uma insatisfação generalizada entre os trabalhadores. A situação objetiva nas escolas é alarmante, com o acúmulo de graves problemas, como a penúria salarial, a violência, a precarização, o sucateamento etc.

Chamou a atenção o fato de ter se repetido a divisão entre estudantes e trabalhadores novamente, como já havia ocorrido em março. Naquele mês, a juventude tomou as ruas no dia 15, enquanto os docentes o fizeram no dia 22. Agora, em abril, a mesma separação se deu entre os dias 19 e 26. É um absurdo, afinal, é evidente que, unidos, esses setores teriam muito mais força para obter vitórias reais. O corporativismo das direções se mostra, desse modo, um obstáculo para o movimento. Uma linha verdadeiramente classista teria apontado a unidade massiva, radicalizada e independente de todos os governos, em torno às reivindicações elementares, capazes de soldar essa unidade.

Outro elemento que se destacou foi o conflito, principalmente no carro de som, entre situação e oposição, Chapas 1 e 2, da APEOESP. A presidente do sindicato, Maria Izabel (deputada estadual pelo PT), dirigiu o ato e fez campanha aberta por sua Chapa, recebendo o apoio das correntes (majoritariamente psolistas), que abandonaram a oposição e se juntaram à Chapa situacionista. As ameaças e atritos em cima do carro de som revelam um quadro de absoluta burocratização. A direção sindical decide quem fala, quando fala e por quanto tempo; é leniente com os apoiadores, e violenta com os opositores. A base, que realmente sente os problemas vividos nas escolas, não tem direito de usar o microfone para defender suas propostas.

Apesar dos conflitos, a manifestação foi até a Praça da República. No calendário da CNTE, porém, não consta mais qualquer iniciativa semelhante (greve/paralisação) para o próximo período, reforçando o caráter proforma do chamado do dia 26. A direção governista da Confederação parece satisfeita com as armadilhas montadas pelo ministro Camilo Santana, o qual, diante da movimentação instintiva e da enorme rejeição ao NEM, se viu obrigado

a divulgar a suspensão/adiamento da implementação da contrarreforma do ensino médio (que não foi atendida integralmente, como vimos no caso de SP, onde o Secretário Feder segue aplicando fielmente o cronograma), medida acompanhada de uma suposta “consulta”, criada para passar um verniz democrático numa ação que foi enfiada goela abaixo dos oprimidos pelo governo de ditadura civil de Temer, em 2017 (MP 746, convertida em Lei 13.415).

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio na manifestação defendendo o método da ação direta, saudando a iniciativa tanto da juventude como dos trabalhadores, criticando, ao mesmo tempo, o imobilismo, o corporativismo/divisionismo e o governismo das direções sindicais e estudantis. A conquista de salários de acordo com as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, bem como a revogação integral e imediata da contrarreforma do ensino médio/BNCC, entre outros pontos, só serão conquistados com a luta coletiva. Para isso, é fundamental remover os obstáculos que impedem o movimento de avançar, trabalhando pela construção de uma mobilização nacional unificada da Educação, ao lado do conjunto dos demais trabalhadores, tendo a classe operária à cabeça e no campo da independência de classe.

Dentro dessa perspectiva, militância porista não poderia deixar de convocar os trabalhadores presentes a participarem do ato de Primeiro de Maio, na Praça da Sé. O ato do Anhangabaú, construído pelas centrais sindicais, chegou ao ponto de decomposição de convidar o governador bolsonarista Tarcísio (o qual acabou negando) para participar. O POR trabalho pela organização do ato na Sé, para que expressasse um 1º de Maio classista, operário e internacionalista.

### Pronunciamento do POR

*Boa noite, companheiros e companheiras. Eu falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Hoje, estamos nas ruas atendendo ao chamado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), um chamado de greve nacional, um chamado que tem dois pontos principais, que são: o problema do salário e o problema da contrarreforma do ensino médio, e é preciso saudar a iniciativa dos estudantes e dos trabalhadores, mas é preciso lidar também com os problemas da nossa mobilização.*

*Em primeiro lugar, é preciso unificar o movimento de estudantes e professores. Não dá para a gente fazer um ato no dia 19, dos estudantes, e outro uma semana depois, somente dos professores. Nós queremos uma luta unitária, porque assim temos mais força para enfrentar os governos. Segundo, o governo vem com as suas armadilhas, claro, porque sentiu o golpe, porque sentiu a força da mobilização. Vem com a armadilha da suspensão, da prorrogação, e de uma suposta consulta. O movimento não pode arrear pé. Tem de continuar nas ruas, porque é assim que a gente conquista as nossas vitórias.*

*A vitória virá com a unificação, com as greves, com as grandes passeatas, ou seja, com o método da ação direta e com a independência diante de todos os governos.*

*Por último, o dia 1º de Maio tem de ser independente. O 1º de Maio do Anhangabaú é governista, devemos rejeitar. O 1º de Maio na Praça da Sé, ao contrário, levanta a bandeira da independência de classe diante do governo Lula. É internacionalista e socialista.*

**Até a luta, camaradas!**

São Paulo - Mairinque

## Estudantes contra a Reforma do Ensino Médio

Vivemos um momento de total descontentamento por parte dos estudantes e professores com esse Novo Ensino Médio, que substituiu as disciplinas pela farsa dos itinerários. Isso tem causado revolta tanto dos estudantes quanto dos professores, que são obrigados a ministrar aulas que nada tem a ver com sua formação. Nas escolas de Mairinque e Itu, é possível ver esse descontentamento todos os dias.

Temos observado também que as direções do movimento estudantil e social têm fragmentado a luta desses movimentos. O que enfraquece o combate pela revogação dessa reforma educacional.

A Corrente Proletária, em seus boletins e intervenções nos movimentos, tem denunciado esta fragmentação por parte das organizações sindicais e defendido a unidade dos estudantes, professores e de todos os trabalhadores, para enfrentar não só a

reforma do Ensino Médio, mas também as reformas trabalhista e da previdência. É preciso que os sindicatos convoquem as assembleias para aprovar o caminho da unidade, dos métodos próprios dos explorados para derrubar nas ruas essa contrarreforma de Temer. Também é fundamental a construção e o fortalecimento de grêmios estudantis, totalmente independentes das direções das escolas, e dos comitês de luta nos bairros, para que os trabalhadores possam se organizar em defesa de suas reivindicações.

Defendemos: revogação do novo ensino médio, das reformas trabalhista e previdenciária; fim da terceirização e privatização, pela efetivação de todos os trabalhadores contratados; sistema único de ensino público, sob o controle daqueles que estudam e trabalham; expropriação sem indenização da rede privada da educação, por um único sistema de ensino, laico, científico, vinculado a produção social.



Rio Grande do Sul

## Distribuição do Boletim secundarista em Porto Alegre

Pela primeira vez, em Porto Alegre, foi distribuído o Boletim Secundarista do POR, Juventude em Luta, no Colégio Estadual Júlio de Castilhos - o Julinho - e no Colégio Estadual Protásio Alves. O Boletim fez a denúncia dos ataques do governo municipal sobre o direito estudantil ao meio-passe e expôs a política de traição das direções estudantis que, desde 2021, quando foram anunciados os planos do prefeito para retirar esse direito dos estudantes em conjunto com a privatização da empresa Carris e o fim da função de cobrador, vem desviando a luta dos rodoviários e estudantes para o parlamento, dividindo o movimento e abrindo caminho para a derrota.

Mais uma vez, as entidades estudantis concluíram com a proposta de compor uma frente parlamentar na Câmara de Vereadores como método para levar adiante a luta em defesa do TRI Escolar, sendo que o mesmo foi feito em 2021 e não foi possível impedir o prefeito Sebastião Melo (PMDB) de aprovar as medidas contrárias às necessidades dos alunos e hoje os estudantes sofrem com os preços das passagens e com a burocracia para garantir a meia-passagem, através da comprovação de renda, além da precarização do transporte público e extinção de linhas devido a privatização em andamento.

O Boletim também afirmou que esses ataques do prefeito fazem parte da série de ataques que vem sendo descarregados sobre as costas dos trabalhadores e da juventude, como as contrarrefor-

mas - trabalhista, previdência, lei da terceirização, Novo Ensino Médio, administrativa - e mesmo dos governos estaduais que querem mexer nos direitos dos servidores públicos.

Explicou que toda essa ofensiva sobre as condições de vida dos explorados e oprimidos em geral é produto da sanha imperialista pelo saque aos países semicoloniais como o Brasil e da necessidade de manutenção do lucro dos capitalistas durante essa crise que é própria desse sistema apodrecido. A conclusão é que a luta dos estudantes deve ser uma luta anticapitalista, em unidade com os trabalhadores de todas as categorias, por meio dos métodos próprios de luta dos explorados, como as greves, ocupações, bloqueios de rua, manifestações, e que as entidades estudantis, os sindicatos e os movimentos populares devem organizar esta luta.

O Boletim também convocou os estudantes a comparecerem no ato do 1º de Maio independente e classista.



## Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

**anchor.fm/por-massas**

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.

**PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO**



## Pernambuco

**“Ato Simbólico” não expressou luta dos trabalhadores da educação**

Em Recife, o dia nacional de greve da educação se restringiu a uma panfletagem na estação Recife. Participaram as direções das centrais sindicais, como CSP-Conlutas e CUT, além dos sindicatos da categoria, como Sintepe (Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Pernambuco), Sinpere (Sindicato dos Professores da Rede Municipal do Recife), e Sinpmol (Sindicato dos Professores da Rede Municipal de Olinda). O ato foi chamado nas várias. A categoria não foi organizada em suas assembleias para a paralisação.

Assim, não aconteceu greve, na maioria das escolas as aulas ocorreram normalmente. As direções sindicais, mais uma vez, boi-

cotaram um dia de luta. Enquanto isso, a categoria amarga com os baixos salários, sucateamento das escolas e Novo Ensino Médio, empurrado goela abaixo contra professores e estudantes. A Corrente Proletária na Educação atuou com distribuição do manifesto, com o chamado “Revogação Imediata e Integral do Novo Ensino Médio/BNCC!”, convocando a unidade nacional de professores, funcionários, estudantes e suas famílias pela derrota da contrarreforma do ensino médio; pela construção dos comitês de luta em cada região e pela convocação de assembleias e plenárias presenciais para organizar a resistência coletiva.

## Rio Grande do Norte

**Burocracia sindical não se empenhou em organizar a greve nacional**

O dia de greve nacional, em Natal, foi marcado pela baixa presença dos trabalhadores em educação. Mesmo as escolas paralisando, os trabalhadores não compareceram ao ato chamado pela direção do SINTE/RN (PT). A insatisfação com o fim da greve pesou para que a categoria não comparecesse massivamente. Foi um ato das direções sindicais, de representantes de mandatos parlamentares e de uma vanguarda de professores.

O mote da convocação, divulgado pela direção, foi “Marcha em defesa e promoção da educação pública”. Omitiu o chamado da paralisação pela CNTE que era pela revogação da reforma do ensino médio e em defesa do pagamento do piso salarial do magistério.

As falas incluíram a denúncia da Reforma do Ensino médio, das ações do prefeito de Natal Álvaro Dias, e críticas ao o governo Fátima e ao fim da greve pela direção do SINTE. O movimento estudantil estava ausente, apenas uma estudante do coletivo Faísca

se inscreveu. Os militantes dos partidos falavam, mas não se identificavam com o seu partido. Ninguém falou em nome das centrais. O que era para ser um grande dia de luta, acabou em um ato na calçada da sede do SINTE.

O POR participou com a distribuição do manifesto, bandeira e interveio no microfone. Foi a única corrente que panfletou no ato. Falou da independência política diante dos governos burgueses, mostrou que a contrarreforma expressa a destruição da educação pública, que é preciso a unidade da comunidade escolar, do movimento estudantil e dos pais. Disse também que há uma crise no capitalismo, que a violência nas escolas promovida pelos jovens expressa a decomposição do sistema. Defendeu o fim da guerra na Ucrânia, pois é uma guerra de dominação, e concluiu defendendo o sistema único de educação, a expropriação de toda rede privada, uma educação científica, laica, pública, gratuita e vinculada à produção social.

## Ceará

**Baixa adesão na greve nacional refletiu a falta de mobilização da burocracia**

A greve nacional da educação, convocada pela CNTE, teve adesão apenas parcial das escolas e baixo comparecimento da categoria no ato convocado pelas burocracias sindicais. Na rede estadual, o sindicato APEOC (PT/PCdoB e PSOL/Resistência) não realizou nenhuma assembleia ou mobilização ampla nas escolas, que servissem de preparação para a greve nacional. Na rede municipal, o Sindiute (Articulação/PT), que desde a pandemia tem substituído a passagem nas escolas por lives na internet, realizou apenas uma assembleia virtual e pagou inserções de spots na TV. A Apeoc convocou os professores direto para a Assembleia Legislativa (ALCE) ao passo que o Sindiute convocou os professores do município para a Praça da Imprensa, para daí seguirem até a ALCE. No município, houve adesão em massa das escolas à paralisação, em grande parte, por causa do acordo entre o sindicato e a Prefeitura, para que os professores pagassem a falta com atividades domiciliares. A suspensão geral das aulas, contudo, não significou presença no ato, que contou com um contingente inferior a 400 professores. Na rede estadual, a adesão das escolas foi apenas parcial com reduzido contingente de presentes, incluindo as escolas do interior do estado. A greve nacional da educação aca-

bou, assim, bastante esvaziada se comparada à paralisação de 19 de março.

As direções sindicais da Apeoc e Sindiute levaram ao ato a linha de defesa do piso salarial contra os ataques dos governadores, prefeitos, CONSED e UNDIME, que reivindicam o fim do ‘custo aluno’ como seu indexador, mas procuraram isolar a defesa do piso da luta mais geral em defesa da educação, contra as privatizações, contra o EaD, contra o orçamento rebaixado e pela revogação do Novo Ensino Médio (NEM).

A realização de um ato nacional dos estudantes dias antes da greve nacional indicou o caminho do divisionismo, que vinha se dando desde o anúncio do MEC de suspender temporariamente a implantação do NEM para a realização de “ajustes”. Grande parte da burocracia sindical cantou vitória com a decisão do governo, o que se refletiu no desprezo em mobilizar as bases do magistério para a revogação da maldita reforma.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio na greve nacional com seu manifesto e fez suas colocações no carro de som com o seguinte eixo: pela imediata revogação do “Novo Ensino



Médio!" Nada de separar a luta pela revogação dessa reforma das outras malditas reformas trabalhista e previdenciária! Defesa da manutenção da lei do piso nacional e que o governo Elmano de Freitas/PT atenda a pauta de reivindicações do magistério estadu-

al da campanha salarial de 2023! Fora a PM das escolas! Oposição revolucionária ao governo Lula/Alckmin e sua frente ampla! E, por fim, por um Dia Nacional de Luta, com paralisação e bloqueios em defesa dos empregos, salários e direitos.

## Rôndonia

# Trabalhadores da educação mostraram disposição de luta, apesar do bloqueio das direções sindicais

A Confederação Nacional Dos Trabalhadores em Educação (CNTE) chamou um dia de greve nacional, para o dia 26 de abril, como parte da programação da 24ª semana em defesa da educação, sob a bandeira de que os governos cumpram a Lei do Piso salarial e pela revogação do Novo Ensino Médio. No entanto, não trabalhou para que os sindicatos preparassem uma poderosa greve nacional, que exigisse de Lula a revogação do Novo Ensino Médio.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia (Sintero) aderiu a greve geral da CNTE, mas limitou a uma manifestação de rua em Porto Velho. A base das 11 regionais do sindicato, não foi convocada para a manifestação geral. Em cada regional aconteceu um ato chamado às pressas, somente com informes acerca das reivindicações e indicativos de pagamento do piso salarial pelo governo do estado para o mês de maio.

O protesto contou com a participação de aproximadamente 500 manifestantes. Ocorreu somente pela manhã com um curto itinerário, que saiu da sede do sindicato até a prefeitura de Porto Velho, onde foi realizado um ato contra o prefeito, por não atender as reivindicações dos trabalhadores em educação do município.

As falas da direção do sindicato reforçaram o divisionismo entre os trabalhadores estaduais e municipais da educação. Ao invés

de convocar todos para engrossar as fileiras na pressão sobre o prefeito de Porto Velho, que sempre posterga o pagamento do piso salarial, enfatizaram que para os estaduais já estava assegurado pelo governador na aplicação do piso em maio e fizeram um tímido convite para a caminhada até a prefeitura. Diante disso, a manifestação teve presença inexpressiva dos estaduais, que diante dos pronunciamentos da burocracia, logo se dispersaram e foram embora. Como não havia marcado nenhuma audiência, nem chamou a base para ocupar até receber uma resposta, refirma o que já se sabe: que o prefeito só iria dar uma resposta no dia 12/05. Na assembleia do dia 17/04, foi votado que o dia seria de paralisação das escolas do município como forma de pressão sobre o prefeito.

Após o ato em frente a prefeitura todos os manifestantes foram dispensados sem nenhum planejamento de manifestações a tarde e de retomada de reafirmação de forças para o ato do dia 12/05.

A militância da Corrente Proletária/POR interveio com falas, faixas e boletim nacional exclusivos do dia 26 e carta do 1º de maio e exposição de nossas publicações. Fizemos a defesa da greve geral para o atendimento das reivindicações dos trabalhadores em educação e demais explorados, revogação da reforma do Novo Ensino Médio, da reforma trabalhista e da previdência.

## Rio Grande do Norte - Macau

# Vitória dos estudantes da EETI Profa. Clara Tetéo

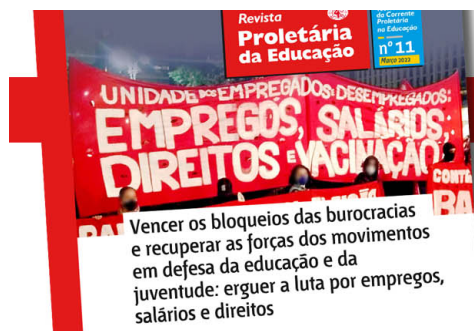
Os estudantes da EETI Professora Clara Tetéo (Macau-RN) mostraram que, com organização independente, unidade e fazendo uso do método próprio da luta (ação direta), é possível conquistar seus direitos.

Faz três anos que a comunidade escolar luta pela reforma das salas de aula e instalação dos aparelhos de ar-condicionado, mas até então nenhuma resolução tinha sido tomadas. Como se não bastasse isso, ainda houve o risco da redução das três turmas das 3ª séries para apenas duas turmas, o que provocaria a superlotação das salas, ampliando as dificuldades de aprendizagem e aumentando ainda mais o calor. Diante do descaso das autoridades responsáveis, os alunos decidiram entrar em greve (que durou dois dias) e organizar uma manifestação no dia 19 de abril, com caminhada nas ruas até a 6ª DIREC, ameaçando manter a greve estudantil caso as reivindicações não fossem atendidas.

No entanto, no dia 25/04 a gestão da escola comunicou que as três salas de aula iriam ser mantidas para as 3ª séries, além de anunciar que, finalmente, a escola passará pela reforma de climatização.



Trata-se, na realidade, de uma vitória fruto da luta coletiva dos estudantes. A conquista das reivindicações, ainda que não plenamente aplicadas (falta a reforma de fato acontecer), é resultado da organização dos estudantes que, com independência de classe, tomaram as ruas para exigir da 6ª DIREC a resolução de seus problemas, assimilando o método próprio dos explorados.



## Revista Proletária na Educação



As contrarreformas estão em pleno processo de aplicação nos estados e municípios, piorando sensivelmente a situação de vida dos trabalhadores em geral, e os da educação em especial. A Pandemia acentuou todos os problemas. Configura-se um cenário de destruição e de pesados ataques por parte da burguesia contra os explorados. E é justamente essa situação geral que se pretende refletir na 11ª edição da Revista Proletária

## Formação Política

São Paulo

# Ato-político do 1º de Maio

No dia 30 de abril, o Partido Operário Revolucionário (POR) realizou um ato-político em São Paulo, em comemoração ao 1º de Maio.

Atílio fez uma breve apresentação contendo quatro pontos:

1) Como nasceu o Dia Internacional do Trabalhador. Destacou que a classe operária tem sua história, quase sempre marcada pelo sangue das lutas que foram travadas contra a burguesia e seus governos. Trata-se de uma classe revolucionária. Lembremos que a burguesia foi uma classe revolucionária quando enfrentou o poder dos senhores feudais e das monarquias, para libertar as forças produtivas que se achavam comprimidas pelo sistema econômico feudal, impor o capitalismo e constituir os Estados Nacionais, a exemplo da Revolução Francesa, em 1789. No entanto, para expandir o capitalismo, a burguesia foi obrigada a se voltar contra a classe operária, que iniciava sua luta contra a exploração do trabalho. Foi o que ocorreu em 1886, quando o proletariado realizou um poderosa greve, nos Estados Unidos, em defesa da jornada de 8 horas de trabalho. Nesse embate, a burguesia condenou à prisão líderes do movimento, sendo que alguns foram enforcados. O 1º de Maio, assim, está marcado pelo sangue desses operários. Nesse momento, estava sendo erguida a II Internacional, que em seu Congresso de 1889, aprovou o 1º de Maio como o Dia do Trabalhador, uma data que expressa o enfrentamento coletivo do proletariado contra a classe reacionária, a burguesia.

A traição da II Internacional na 1ª Guerra Mundial indicou que o reformismo havia se implantado nas organizações operárias e, assim, o 1º de Maio foi se degenerando pelo intervencionismo do Estado burguês e da política de colaboração de classes. Apesar dessa utilização do 1º de Maio para finalidades consoantes com os interesses da burguesia, a data surgida da luta do proletariado norte-americano e mundial não teve como ser eliminada. Os marxistas se apoiam nessa data para recuperar as experiências da luta de classes, que servem ao presente momento para dar continuidade às transformações que levam à superação do capitalismo e construção do socialismo como etapa que conduz à sociedade sem classes, o comunismo.

É necessário ter claro que o 1º de Maio de 1901, na Rússia, marcou o início de um processo de luta de classes, que culminará com a Revolução Russa de 1917. Eis por que o 1º de Maio conserva um espaço de grande importância na história do bolchevismo;

2) No Brasil, logo no nascimento da classe operária, as direções sindicais, ligadas ao anarquismo, organizaram atos e manifestações, particularmente em Rio de Janeiro e São Paulo. Foram atos em defesa da jornada de oito horas, do salário mínimo e da liberdade de organização e expressão. A greve geral de 1917 foi o ponto alto desse primeiro percurso do proletariado brasileiro;

3) O governo nacionalista burguês de Getúlio Vargas oficializou o 1º de Maio, juntamente com outras datas do calendário burguês de comemorações. Há muito, as direções sindicais fizeram do 1º de Maio um data festiva. Amanhã, o 1º de Maio do Anhangabaú será um ato governista, de apoio ao governo de frente ampla de Lula. O ato na Praça da Sé, ao contrário, se coloca no campo da independência de classe e do Estado. Daí a importância de nossa participação;

4) O POR sempre homenageou os mártires da classe operária e suas lutas contra a exploração do trabalho. O número 687, do jornal Massas, traz uma nota com o título “Tradição programática do POR de defesa de um 1º de Maio operário, classista e internacionalista” e republicamos o editorial de um dos primeiros núme-

ros do jornal “Aprender com a história e agir segundo as leis das transformações” e o artigo “O 1º de Maio e a Revolução Russa”;

5) Em particular, o expositor ressaltou a diferença do 1º de Maio desse ano em relação aos anteriores, justamente devido ao salto no agravamento da crise mundial, que tem em seu centro a guerra na Ucrânia, a escalada militar e o recrudescimento da guerra comercial travada pelos Estados Unidos contra a China. É imperativo a defesa da posição proletária de luta pelo fim da guerra e por uma paz sem anexação, seguindo as experiências e os ensinamentos do marxismo-leninismo-trotskismo. As bandeiras do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) se mostraram acertadas justamente porque têm como ponto de partida o desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas. Tarefa essa que não será realizada pela invasão da Rússia à Ucrânia, que não passa de uma nação oprimida. Somente a classe operária, organizada e unida, tem como combater o imperialismo, que expressa a decomposição histórica do capitalismo. Problemas profundos como esse estarão presentes no 1º de Maio no mundo todo.

Nesse ato-político de hoje, os grupos discutirão três artigos do Jornal Massas, dedicado ao 1º de Maio: “Resposta proletária às pressões do imperialismo sobre o Brasil”; “Visita de Lula à China”, “Carta aos operários e à juventude oprimida”.

Depois de uma hora de estudo coletivo, abriu-se para a exposição dos principais pontos levantados pelos grupos. Eis:

1) a profunda estatização dos sindicatos, a política conciliadora da burocracia sindical e a imposição de um 1º de Maio governista; 2) as organizações dos trabalhadores foram submetidas à política burguesa do governo Lula; 3) a luta para que os sindicatos rompam com a política de colaboração de classes e a luta para que os explorados confiem em suas próprias forças para conquistar as reivindicações vitais; 4) o agravamento da situação da classe operária, o combate pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro e a defesa do salário mínimo vital, necessário para manter a família trabalhadora; 5) a defesa da independência política e organizativa da classe operária e demais trabalhadores; 6) a luta pelo internacionalismo proletário, pelo fim da guerra na Ucrânia e por uma paz sem anexação.

Em seguida, foram feitas várias considerações e destacado uma conclusão geral, a de que o POR vem expressando as tendências mais profundas da luta de classes, portanto, o caminho da emancipação da classe operária e dos demais oprimidos.

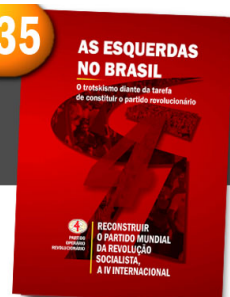
No encerramento, foi lido o Manifesto que será distribuído no 1º de Maio. Após a leitura, os militantes e simpatizantes se colocaram de pé e cantaram o Hino da Internacional Comunista.

Adquira com o distribuidor: R\$ 35

**AS ESQUERDAS  
NO BRASIL**

O Trotskismo  
diante da Tarefa  
de Construir  
o Partido  
Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.





Nesta edição:

**- Homenagem do CERQUI a Guillermo Lora**

- 14 anos do falecimento de Guillermo Lora
- O que é e o que quer o Partido Operário Revolucionário?
- Sobre o Programa de Transição
- **Manifesto do CERQUI:** Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista
- **EUA:** Crise Bancária - Crescem as tendências de concentração monopolista no sistema bancário
- **Bolívia:** Passeata do 1º de maio - Huarachi e Arce Catacora se decepcionaram
- **Eleições no Paraguai:** Vitória do candidato colorado mantém no poder oligarquias oriundas da ditadura de Stroessner

Artigos das Seções  
**Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



## 14 anos do falecimento de Guillermo Lora

*Memória Eterna ao dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia e construtor do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, o CERQUI*

O dia 17 de Maio de 2009 guarda relação indissolúvel com o Partido Operário Revolucionário no Brasil (POR), por ser a data do falecimento do dirigente do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e do POR da Bolívia. Grande parte das bases programáticas sobre as quais o POR brasileiro se apoia se deve à orientação geral de Guillermo Lora e das experiências da revolução boliviana, transformadas em teoria marxista. Não à toa, as correntes de esquerda nos chamam corretamente de “loristas”, que nos enche de orgulho por ser marxista-leninista-trotskista.

Guillermo Lora esteve presente no Brasil, em setembro de 1990, quando o POR dava seus primeiros passos, orientando a pequena vanguarda que encabeçava o Partido a erguer um partido-programa, que se daria a partir da penetração no seio da classe operária. Foi em suas “Obras Completas”, que reúnem 70 volumes e na extraordinária experiência de aplicação do materialismo histórico na análise da situação particular de um país semicolonial, como a Bolívia, que o POR brasileiro pôde se apoiar e continua se apoiando para impulsionar o partido e forjar os quadros de “militantes profissionais”, conceito muito utilizado por Lora para definir o militante que dedica sua vida para penetrar o marxismo-leninismo-trotskismo na classe operária.



Guillermo Lora nasceu na localidade de Uncia, em 1921, na Bolívia. Esteve na direção do POR boliviano, desde jovem. Destacou por ter elaborado, juntamente com os operários mineiros, as Teses de Pulacayo, em 1946, onde aplicou a tática e a estratégia do Programa de Transição, redigido por Trotsky em 1938, que fundamentou a IV Internacional. As Teses de Pulacayo são a demonstração de que o proletariado, mesmo na Bolívia país capitalista atrasado, é a classe dirigente da maioria oprimida. E que pela condição atraso, a revolução social combina a luta pelas tarefas democráticas, não cumpridas pela burguesia com o objetivo estratégico de derrotar o capitalismo e instaurar o socialismo. Em função do levante mineiro e de suas posições programáticas, em 1947, Lora, por meio do Bloco Mineiro, foi eleito deputado. Assim pôde utilizar essa tribuna para defender o programa próprio dos explorados, combater a propriedade privada dos meios de produção e organizar a luta em favor da revolução proletária. Como era esperado, foi perseguido e teve o mandato cassado.

Lora teve um atuação vigorosa por ocasião da Revolução de 1952. O dirigente do POR tem o mérito de destacar, no momento do processo revolucionário, o papel do nacionalismo burguês, levado à cabo pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR),





que chegou ao poder do Estado, como de traição aos interesses da maioria oprimida e de submissão ao imperialismo.



Também não podemos deixar de ressaltar as formulações de Lora por ocasião da Assembleia Popular de 1971, o primeiro órgão de poder das massas na Bolívia que, dirigida pelo proletariado, encaminhou-se à revolução e ditadura proletárias, passando por cima de reformistas, como o presidente Juan José Torres. Esse órgão de poder popular foi brutalmente reprimido pelos militares. Lora foi obrigado a ir para clandestinidade, retornando ao país em 1974. No final da década de 1980, colocou-se por fundar o CERQUI, reunindo as seções do POR da Bolívia, Brasil e Argentina e simpatizantes do Uruguai e Chile. Cabe ainda ressaltar as últimas formulações de Lora em relação ao governo MAS, de Evo Morales, como um governo burguês e expressão do nacionalismo da época do imperialismo.

Os mais de 60 anos dedicados à construção do partido revolucionário é a prova viva de um militante profissional. Morreu convicto de que o capitalismo será sepultado pelos oprimidos, sob a direção da classe operária e de seu partido marxista-leninista-trotskista. Que a barbárie capitalista será extinta pela revolução e ditadura proletárias.

O isolamento do POR da Bolívia e ação destrutiva dos revisionistas da IV Internacional dificultaram a projeção das conquistas do POR da Bolívia sobre o movimento operário e dos demais oprimidos em todo o mundo. O que não impediu de o POR boliviano se destacar como um pilar da revolução social na América Latina, principalmente. As experiências das massas bolivianas continuam vigentes como instrumento dos explorados latino-americanos e de outras latitudes.

Apesar do brutal isolamento ideológico e político imposto pelos revisionistas do trotskismo, Guillermo Lora em nenhum momento deixou de trabalhar pela superação da crise de direção, que

depende da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. É preciso ainda ressaltar com todo o vigor que o POR assumiu plenamente as teses de Trotsky sobre o termodor estalinista e a imperiosa luta contra as posições da burocracia soviética que se contrapuseram à concepção marxista-leninista da revolução mundial.

A degeneração pablista da IV Internacional e o seu estilhaçamento em inúmeras correntes centristas dificultaram o POR da Bolívia a exercer o lugar prático de destaque no combate à contrarrevolução que levou à liquidação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). No entanto, do ponto de vista da defesa das diretrizes traçadas pelo Programa de Transição e pelos extraordinários escritos de Trotsky, o POR, sob a direção de Lora, tomou posição clara em defesa do programa da revolução política no momento mais crucial em que avançava a contrarrevolução e o processo de restauração capitalista. Não há como se entender o significado histórico da liquidação da URSS sem assimilar as formulações de Lora, como aplicação das formulações e prognósticos de Trotsky.

Hoje, nas condições da guerra na Ucrânia, seus escritos da década de 1980-1990, emergem como um guia necessário ao combate do proletariado em meio à putrefação e desintegração do capitalismo.

Ao reconhecimento das contribuições de Lora ao nascimento e construção do POR no Brasil, retribuimos com o esforço de pôr em pé do partido-programa e de trabalhar para que o CERQUI cumpra seu objetivo de luta pela superação da crise mundial de direção.

Guillermo Lora vive na construção do POR-Brasil e na edificação do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional.

Mais uma vez, a seção brasileira do CERQUI realiza uma campanha de comemoração às contribuições de Guillermo Lora, deixadas no longo de uma militância inteiramente dedicada à luta pela emancipação da classe operária do jugo do capitalismo e pelo objetivo histórico de construção da sociedade sem classes, o comunismo. Na realidade, damos sequência ao processo de estudo e assimilação dos ensinamentos do marxismo-leninismo-trotskismo, que tem continuidade em trabalhos sistemáticos como os de Guillermo Lora.

Iniciamos a campanha publicando três partes do documento “O que é e o que pretende o Partido Operário Revolucionário?”, do final 1958. Sua vigência permanece, tornando-se obrigatório o seu estudo. Devido ao espaço, deixamos de publicar as seguintes partes: “Relações com os sindicatos”; “Relações com outros partidos”; “O que fará o governo operário e camponês?”; “É possível nos manter no poder?”.

Ainda nesse início de campanha, publicamos o documento “Sobre o Programa de Transição”, setembro de 2008.

Nas páginas a seguir seguem as duas publicações.



GUILLERMO LORA

# O que é e o que quer o Partido Operário Revolucionário?

*“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”*  
Karl Marx

O Partido Operário Revolucionário (POR) foi fundado no Congresso de Córdoba (Argentina), no mês de junho de 1935, sob a direta inspiração de José Aguirre Gainsborg, que redigiu seus primeiros documentos políticos e programáticos.

O antigo POR nasceu da fusão da Esquerda Boliviana e do Grupo Tupac Amaru, em que alguns dirigentes fizeram suas primeiras experiências no Partido Comunista clandestino da pré-guerra chaquenha.

Em 1938, Marof e seus amigos se separaram do POR para formar um partido centrista, eleitoreiro e sem princípios, o PSOB.

Em 1954, abandonam nossas fileiras os “entristas”, que passaram a servir ao MNR que estava no poder, e os pablistas que se caracterizam por revisar o trotskismo, por se aproximar das posições estalinistas e por se adaptar ao lechimismo.

## Definição do Partido Operário Revolucionário

a) O Partido Operário Revolucionário é a vanguarda do proletariado. É o partido de uma só classe. Aqui surge a primeira e grande diferença com os outros partidos políticos. O Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), igual ao APRA do Peru ou o Kuomintang chinês, proclamam ser frentes de quatro classes sociais: burguesia “progressista”, classe média, o campesinato e o proletariado.

Em um bloco dessa natureza, estabelecer qual dessas classes assume o papel de direção constitui o problema básico, posto que as quatro classes não podem considerar-se como tal.

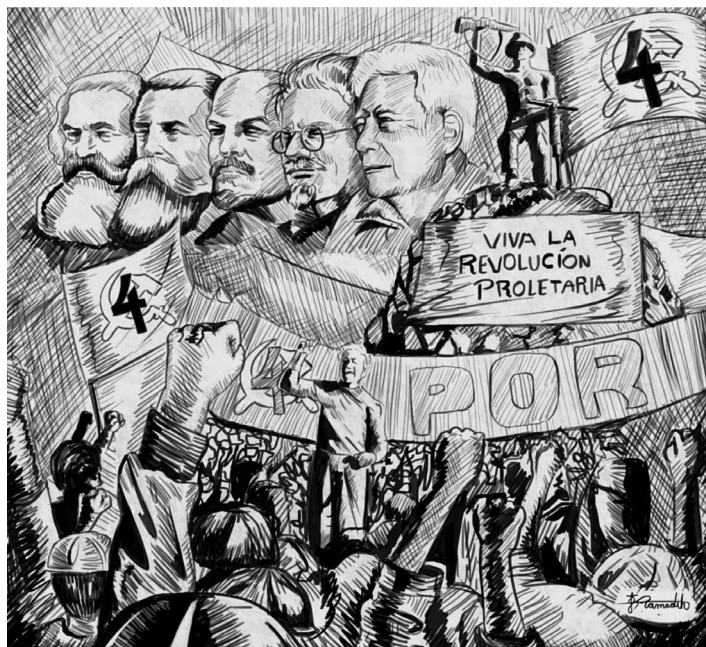
A experiência nos ensina que o Movimento Nacionalista Revolucionário, por seu programa e por sua natureza de classe de seu objetivo maior, significa a submissão dos operários e dos camponeses ao comando pequeno-burguês empenhado em materializar propósitos capitalistas.

O Partido Operário Revolucionário, como o partido da classe operária, reúne somente a uma camada dessa classe, a sua vanguarda, constituída pelos elementos mais avançados, mais valentes. Isso não quer dizer que o Partido não se preocupa em aumentar o número de seus militantes e se constitua como um insignificante grupinho. O Partido encaminha seus esforços por cooptar tudo do que há de mais valioso do proletariado e a se entroncar firmemente na classe.

b) O Partido Operário Revolucionário é um partido marxista-leninista, que orienta sua ação de acordo com as Teses de fundação da Quarta Internacional (“Programa de Transição”), organizada por Leon Trotsky, em 1938.

É marxista porque segue a ideologia que estruturaram os comunistas Karl Marx e Friedrich Engels, na segunda metade do século XIX. (Nos últimos anos, se autodefine como “marxista-leninista-trotskista”).

O POR toma o marxismo em toda sua essência, rechaçando o revisionismo, venha este da socialdemocracia (Segunda Internacional) ou do estalinismo (Terceira Internacional). Pode-se dizer que é o partido marxista ortodoxo. Na base programática do Partido se encontra o “Manifesto Comunista” (1948), exposição sintéti-



ca e brilhante da doutrina marxista, não superada até agora.

Dizemos que é leninista porque se inspira na aplicação que fez Lênin (dirigente da revolução bolchevique russa de 1917) do marxismo da época do imperialismo.

O Partido se orienta conforme o programa com o qual foi fundada a Quarta Internacional.

Combate os desvios que fizeram o estalinismo da doutrina de Lênin com sua peregrina tese do “socialismo e um só país” (que abandona a revolução mundial e a Internacional como seu instrumento) e com o disparate sobre o caráter revolucionário das burguesias dos países atrasados.

O Partido Operário Revolucionário é anti-estalinista, porque luta contra a degeneração burocrática da revolução russa, que se converteu no mais sério obstáculo para o pleno desenvolvimento de uma sociedade baseada na nacionalização dos meios de produção e da economia planificada. Combate, com os meios revolucionários, a odiosa e sangrenta burocracia estalinista e defende incondicionalmente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) de toda tentativa de agressão do imperialismo, porque considera que assim se defende as conquistas da Revolução de Outubro, base da futura sociedade comunista. Tampouco está de acordo com o estalinismo quando este destrói o centralismo democrático, que deve entender-se como uma verdadeira fusão entre o centralismo e a democracia interna, para substituí-lo pelo centralismo burocrático e com o monolitismo partidário.

A Quarta Internacional não é a criadora de uma doutrina, continua fiel ao leninismo e ao seu programa, partindo das resoluções dos Quatro Primeiros Congressos da Terceira Internacional (Internacional fundada em 1919 por Lênin e Trotsky, como uma retificação marxista dos erros socialpatriotas da Segunda Internacional, entre outros de Kautsky, Plekanov etc.), cujos documentos básicos foram redigidos por Lênin e Trotsky.



## Como funciona o Partido Operário Revolucionário

O programa faz o Partido, diz Trotsky. O programa ao assinalar o objetivo estratégico – no caso do POR instaurar o governo operário-camponês ou a ditadura do proletariado e destruir a opressão classista – está já definindo o caráter organizativo do Partido.

A estrutura celular é insubstituível para um partido bolchevique, por ser a melhor forma de ligar com as massas e que mais facilmente pode lhe permitir colocar-se em sua direção.

Um partido parlamentarista não tem necessidade de células de fábrica, é mais importante estruturar comitês de bairro, que lhe permite controlar os votos de seus seguidores.

a) Para ser militante do Partido Operário Revolucionário deve-se aceitar três condições: 1) estar de acordo com seu programa, acatar as resoluções de seus Congressos, Conferências nacionais, reuniões de seus organismos dirigentes e atuar dentro da linha do centralismo democrático; 2) contribuir economicamente para sustentar as atividades do Partido, pois este não recebe ajuda de organizações nacionais e internacionais e sua imprensa não publica propaganda paga de empresas capitalistas; 3) pertencer a uma de suas células.

A direção do Partido e a linha política são conseqüências da ação coletiva de toda a militância. Aqueles que se reivindicam do Partido Operário Revolucionário e estão fora de suas células não poderão considerar-se como militantes. O Partido não pode ser responsável pela sua conduta política, por estar impossibilitado de orientar-lhes em sua atividade diária.

b) A norma organizativa básica do Partido Operário Revolucionário é o centralismo democrático, pedra angular da estrutura dos partidos bolcheviques. Esse princípio significa a mais ampla discussão de todos os problemas no interior do Partido (nas células); o direito dos militantes de discordar das opiniões da direção nacional ou local; a liberdade de organizar tendências e frações acerca de postulados políticos. Tudo isso é a democracia que deverá completar-se com a submissão dos setores minoritários à maioria, ainda que isso não pressupõe que devam renunciar suas opiniões e que tenham o direito de continuar defendendo-as nas publicações partidárias. O Partido não é um clube de discussão. É a vanguarda combatente de sua classe, é o instrumento da revolução dos operários e camponeses. O POR não poderia cumprir seus objetivos se não garantisse a unidade na ação, se não fosse capaz de ser uma direção idônea, ágil e firmemente unida às bases. O centralismo democrático corresponde à necessária da unidade que tem de demonstrar o Partido em sua ação no exterior, para isso se impõe a submissão da minoria à maioria, o reconhecimento da direção nacional única e das decisões das instâncias superiores (Congressos, Conferências, plenárias etc.). A devida observância do centralismo democrático permite que a linha política seja elaborada coletivamente por todo o Partido, isto é, em última instância, pela militância de base. Deve rechaçar-se, como rotina perniciosa, a imposição de teses, programas e documentos, pelos altos círculos dirigentes. As resoluções partidárias devem elevar ao mais alto nível político a experiência vivida pelo Partido em todos seus setores. A eleição pela base dos organismos dirigentes é a norma e somente pode ser passada por cima em condições extraordinárias que a ilegalidade impõe.

c) A disciplina do militante se baseia na profunda convicção política e na estrita observância, principalmente pela direção das normas do centralismo democrático. A livre discussão é o meio de unificar critérios e de resolver as diferenças, ao mesmo tempo que

## Homenagem à Guillermo Lora

permite a elevação do nível político e teórico da militância. Rechaçam-se, como um atentado à vida do próprio Partido, os métodos do terror ou da perseguição contra os opositores, exercitados como o pretendido meio de conquistar a unidade. A disciplina porista é uma disciplina consciente, que não pode coexistir com a burocratização dos quadros dirigentes. A luta diária - e não astuta conspiração das camarilhas - é a que seleciona os melhores militantes e nela devem ganhar o direito de ascender aos escalões mais altos da direção.

## V

### O que quer o Partido Operário Revolucionário?

#### a) Ideia programática básica

A ideia central do programa do Partido diz: na Bolívia, igualmente a outros países, corresponde ao proletariado a direção política do processo revolucionário, isto é, a seu partido político. Essa classe social, produto do regime imperante, é a classe revolucionária por excelência, porque não tem interesses comuns de nenhum tipo com o passado, nem com o capitalismo. É capaz de conduzir a revolução até a liquidação total de toda forma de opressão classista. As outras classes (pequena burguesia, campesinato e certos setores da burguesia em alguns países, mas não na Bolívia) podem assumir circunstancialmente atitudes revolucionárias, mas estão muito longe de poder levar à vitória final o processo revolucionário.

Na Bolívia, país capitalista atrasado, o proletariado demograficamente é minoria, é o eixo econômico e político e se transforma em dirigente nacional. Com tal qualidade, tem de dar solução a todos os problemas nacionais. A revolução na Bolívia não se pode conceber como uma revolução puramente operária, tem de ser nacional e estar dirigida pelo proletariado.

A classe operária se vê obrigada, pelo enorme atraso do país, precisamente, a cumprir tarefas que historicamente corresponderam à burguesia (liquidação do latifúndio e de todas as formas de economia pré-capitalista, consumir a emancipação nacional, a unificação do país, estruturar o mercado interno etc.) e no poder terá de colocar na ordem do dia as tarefas que são próprias, isto é, as socialistas.

A revolução boliviana é, assim, democrático-burguesa por conter as tarefas que se deve cumprir, e proletária pela classe que a realizará. Em outras palavras, o processo revolucionário consiste em que as tarefas burguesas, agora pendentes, se transformarão em socialistas, sob a direção da classe operária dona do poder.

A minoria proletária não pode chegar por si só ao poder, e, se o fará, não poderá se manter por muito tempo. O governo operário contará com o apoio direto das massas camponesas e da maioria empobrecida da pequena burguesia das cidades.

#### b) O governo operário-camponês ou a ditadura do proletariado

É fácil compreender que na base da estratégia do Partido Operário Revolucionário se encontra a aliança de operários e camponeses, as duas forças motrizes da revolução. O Partido do proletariado chamou de operário-camponês o futuro governo que estruturará, para assinalar que é seu objetivo conduzir atrás de si a maioria nacional (camponeses e classe média).

O governo operário-camponês não será outra coisa senão a ditadura do proletariado, isto é, do Partido Operário Revolucionário, apoiado pela maioria nacional, principalmente os camponeses.

O governo operário-camponês é a única saída revolucionária que permitirá superar, de acordo com os interesses nacionais, o atual desgoverno movimentista (MNR).

A quebra total do Movimento Nacionalista Revolucionário no poder é outra prova a mais de que uma revolução dirigida pela

pequena burguesia, assumindo um programa capitalista ou por outra classe social que não seja o proletariado, está condenada a não marchar para vitória e a fracassar sob o peso do imperialismo e da reação nacional

A aguda crise econômica que sofre o país (salários baixíssimos, preços e custos de produção muito elevados, desemprego, paralisação parcial da indústria nacional etc.) é consequência da bancarrota do governo movimentista. A solução somente pode ser política e será dada pelo governo operário-camponês, ou seja, pela ditadura do proletariado.

O vergonho entreguismo da alta direção do MNR não é outra

coisa senão a consequência do caráter classista de seu Partido. O Movimento Nacionalista Revolucionário pretende solucionar os problemas internos do país com a ajuda do Departamento de Estado dos Estados Unidos e, por isso, o entrega a vil preço as fontes de matérias-primas.

Praticamente, o governo de Siles se aliou com o imperialismo norte-americano contra as massas bolivianas, que se encaminham firmemente para destruir a opressão estrangeira e a consumir a libertação nacional.

*(Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo VIII, Ediciones Masas)*

GUILLERMO LORA

## Sobre o Programa de Transição

### Advertência Preliminar

1) Não se pode conceber a luta revolucionária, ou seja, a revolução social, à margem do programa das reivindicações transitórias, que são a ponte que permite unir, vincular, a luta pelas reivindicações imediatas com a finalidade estratégica da revolução social. A separação entre esses dois extremos conclui degenerando a pretendida luta revolucionária e empurrando-a para o esquerdismo (o que significa ignorar a luta pelas reivindicações imediatas) ou para o reformismo, o que corresponde deter-se unicamente nas pequenas reformas.

É de conhecimento general que a batalha cotidiana dos grupos que se autoqualificam como “revolucionários” conclui atolada em meio à incompreensão do que é a luta revolucionária e da substituição desta com posturas esquerdistas ou reformistas.

Aqui se encontra a principal causa do por que as supostas direções dos explorados e oprimidos acabem atoladas nessa incompreensão. O mínimo que se pode pedir é que se faça análises profundas desses fenômenos, com o objetivo de revelar as causas da capitulação dos politiquinhos diante da classe dominante nacional e imperialista.

É necessário explicar com profundidade este fenômeno, única maneira de evitar a confusão no seu interior. Diariamente, tropeçamos com os desvios das massas do verdadeiro caminho revolucionário. Com frequência aqueles que se dizem dedicar à política acabam separados das massas radicalizadas e outras vezes os portadores da política correta não conseguem transformar-se em sua direção.

Na análise profunda deste problema e nas respostas corretas é que se encontra a chave de uma política revolucionária verdadeira. Não resta dúvida que essa investigação tem de alcançar o nível das verdades comprovadas.

O grave na atualidade está em que se esqueceu a essência do que é o “Programa de Transição da IV Internacional”, redigido por Leon Trotsky, em 1938, cuja essência é a síntese do marxismo-leninismo. Há que advertir que o Programa de Transição continua e sistematiza as ideias da Internacional Comunista da primeira época e de Lênin acerca de que a separação entre programa mínimo e máximo, entre reforma e revolução e entre tática e estratégia, conduz ao reformismo, razão pela qual se deve formular o programa de transição. Este programa permite às massas, partindo de sua luta e necessidades cotidianas, do real desenvolvimento de sua consciência classista, inclusive de seus preconceitos, mobilizá-las e projetá-las para a conquista do poder. Não se deve esquecer que os explorados não amadurecem politicamente para fazer a revolução em uma academia, ou somente em uma época social à margem das lutas cotidianas, mas sim no transcurso destas, precisamente.

Esse processo não somente une as massas para a luta revolucionária pelo poder político, como as permite amadurecer para a materialização de seu objetivo histórico.

Não se deve esquecer que tanto a histórica “Teses de Pulacayo” (1946) como o “Programa do Partido Operário Revolucionário” boliviano tomam o método do Programa de Transição.

Para a completa compreensão do processo político, é preciso utilizar o materialismo histórico, o que permitirá revelar a essência da revolução social. A história do movimento marxista chega a seu ponto culminante junto com a superação das tentativas de separar a luta pelas reivindicações imediatas da batalha por alcançar o objetivo estratégico do proletariado, considerado como classe, estamos referindo à conquista da ditadura proletária.

2) Não há que esquecer que na etapa da Guerra do Chaco (1928-1935) o incorretamente denominado “socialismo” não ultrapassava as ideias difundidas pelos mal denominados “intelectuais socialistas”, que abarcava as colocações dos supostos pensadores democratizantes e dos agrupamentos artesanais dirigidos por líderes anarquistas.

Timidamente, se somou ao anarquismo pouco depois da independência do país, por meio de escassos intelectuais da classe social dominante e do artesanato que se concentrou nos centrais urbanos mais prósperos economicamente, fenômeno que avançou até a sua véspera. Hoje em dia já ninguém se lembra do anarquismo, ainda que não tenha desaparecido totalmente nas organizações artesanais.

Dominou o cenário a luta pela conquista de pequenas reivindicações imediatas. Na atrasada Bolívia, ainda que capitalista retardatária e de economia combinada, a colocação de revolução socialista era considerada uma utopia temerária e inalcançável.

Não há que esquecer que foram as “Teses de Pulacayo”, aprovadas no Congresso Extraordinário da FSTMB, realizado em novembro de 1946, no distrito mineiro do departamento potossino, que pela primeira vez proclamou a colocação da revolução permanente.

Não há que esquecer que os setores avançados da classe operária do país, isto é, os mineiros, foram os que primeiramente se tornaram conscientes, com capacidade para dirigir a política revolucionária do país.

### A alavanca desse importante fenômeno foi o Partido Operário Revolucionário

Estranha enormemente que, apesar do importantíssimo antecedente citado, os militantes do Partido não se transformaram em dirigentes políticos das massas, que instintivamente vão se chocando com os governos burgueses de plantão. Ao referirmos à direção política dos explorados e oprimidos, não estamos pedindo



que os poristas conquistem cargos sindicais simplesmente. Não estamos dizendo que a vanguarda operária se conforme em obter cargos sindicais a qualquer preço. Lembramos que sua obrigação é conquistar a politização dos trabalhadores, imprescindível para que possam orientar-se à materialização do objetivo estratégico do proletariado. Isto é, voltar-se à destruição do capitalismo, de maneira que os explorados e oprimidos conquistem o poder político com o objetivo de construir a sociedade comunista.

3) Os resultados palpáveis demonstram que o trabalho dos supostos “revolucionários profissionais” no seio das massas de assalariados, de classe média e do campesinato, é muito deficiente, ao extremo de que na situação nacional está ausente a organização capaz de dirigir os explorados e oprimidos para a sua libertação.

Ao longo da história boliviana é visível a ausência de organizações constituídas de revolucionários profissionais, como resultado do trabalho de equipes marxista-leninista-trotskistas internacionais e nacionais.

Na bibliografia nacional, não se encontram estudos históricos sobre o tema da formação de organizações de revolucionários profissionais. Tampouco se encontram indícios de que supostos “marxistas” que tivessem realizado investigações acerca da natureza e particularidades das classes sociais e do próprio país.

Até, não faz muito, os pretendidos “marxistas” se esforçavam por não abandonar seu preconceito de que a Bolívia era um país “pré-capitalista”, onde não se podia aplicar o socialismo científico. Esses presunçosos “revolucionários”, especialistas em lucubrações fantásticas, jamais deram um passo além do liberalismo e permanecem petrificados em meio à sua ignorância.

O pouco que se pode exigir é que, de imediato, se preencha o vazio deixado pelos “sábios socialistas” de véspera, com os resultados da análise da realidade boliviana, com a ajuda do método científico marxista.

Não se pode confundir esse trabalho de investigação revolucionária com a simples memorização de alguns textos, com o objetivo de repeti-los mecanicamente diante de grupos de simpatizantes.

O objetivo da penetração dos militantes do Partido no seio da vanguarda dos explorados e oprimidos não pode ser outro senão o de possibilitar que amadureçam politicamente, e, assim, que sua atividade cotidiana ajude que as massas amadureçam politicamente e se projetem para a materialização do objetivo estratégico. Isto é, da destruição da sociedade capitalista putrefata e que culmine com ditadura proletária (governo operário camponês), voltada à sociedade comunista, sem propriedade privada e sem fronteiras. Repetimos que isso pode alcançar se se chegar a compreender o que são as reivindicações transitórias e que as massas lutem por sua aplicação.

Assim se aprofundará no conhecimento do marxismo-leninismo-trotskismo e se alcançará a materialização da desejada revolução social.

Há que ter presente que Leon Trotsky, partindo de Karl Marx, apresentou a teoria da revolução permanente como a resposta ao problema de como materializar as tarefas democráticas não cumpridas, estando presente o proletariado como classe social.

A ditadura do proletariado cumprirá plenamente as tarefas burguesas para sua obrigada transformação em socialistas.

A revolução, que necessariamente deve começar dentro das fronteiras nacionais, não poderá se transformar em internacional se não se empenha em resolver os agudos problemas existentes de suas próprias entranhas.

É preciso não esquecer que a revolução é a mudança qualitativa no desenvolvimento da sociedade, ocasionado pelo grande desenvolvimento das forças produtivas que chocam com as relações de produção (forma particular da propriedade privada dos meios

de produção). Isso se produz se a classe proletária (fator subjetivo), que encarna as tendências progressivas da história e é parte fundamental das forças produtivas (fator objetivo ou econômico) adquira consciência de sua tarefa histórica: sepultar a sociedade envelhecida; então, se diz que o fator subjetivo (consciência de classe que se expressa no partido político) corresponde à maturidade do fator objetivo.

A revolução pressupõe a luta por reformas.

A Revolução Social é a substituição de uma classe social por outra no poder.

A revolução política é a substituição no poder de um setor por outro da mesma classe social.

A revolução proletária é social, porque se encaminha a expulsar a classe burguesa (representada por suas expressões políticas civis ou militares, democráticas ou ditatoriais) como dona do Estado. A luta dos operários, por arrancar do poder a burocracia nascida de seu próprio seio e recuperar o manejo estatal pela classe, é política.

A luta por reformas deve subordinar-se à estratégia da revolução proletária.

O trabalho no seio dos explorados deve ter como finalidade central conseguir que amadureçam para que sua atividade cotidiana permita que as massas avancem politicamente se projetem à materialização do objetivo estratégico.

Essa tarefa pode ser alcançada se se chega a compreender o que são as reivindicações transitórias e como se pode fazer com que as massas lutem por sua aplicação

## A luta da classe operária contra a burguesia é revolucionária

De início, é preciso assinalar que essa perspectiva coloca a ditadura do proletariado, que é o objetivo estratégico. Trata-se da luta da classe social oprimida e explorada contra a burguesia, o imperialismo e seu Estado, ou seja, forças excludentes.

Proletariado (forças produtivas) e burguesia (grande propriedade privada ou relações de produção) são os polos extremos da contradição que levam à transformação radical da sociedade.

O sistema capitalista forjou em suas entranhas o proletariado, que se desdobrou em classe revolucionária. Seu desaparecimento – como ensina a história e a teoria – será possível se se tragar a burguesia.

O sistema capitalista - para poder existir, forjou em suas entranhas o proletariado - se desenvolveu e se negou por meio da classe revolucionária que é o proletariado.

Como não podia ser de outro modo, isso explica por que não pode se dar a cooperação entre essas classes antagônicas, mas sim a guerra à morte entre o proletariado e a burguesia.

Karl Marx disse que a luta entre a burguesia e o proletariado coloca a perspectiva da ditadura deste último, que expressa o ponto central do desenvolvimento da sociedade capitalista. Se não se dá a ditadura do proletariado, se se frustra a revolução social, não quer dizer que seguirá por séculos, eternamente, imperando a ordem social burguesa já apodrecida, o capitalismo em decomposição. Se persiste esse processo de desintegração, o destino da sociedade será acabar em barbárie, desgraça que já se perfila no horizonte.

Como esse processo degenerativo avança, cada dia em um ritmo mais veloz, corresponde que o proletariado se apresse em realizar a revolução social, estando à frente das massas de oprimidos e explorados famintos.

O proletariado não proprietário dos meios de produção, como parte essencial das forças produtivas, é a sua encarnação e instintivamente comunista, a materialização de seu instinto permitirá a potenciação do lado positivo da atual sociedade.

As relações de produção atuais, sintetizadas na grande propriedade privada (burguesia) dos meios de produção, encarna tudo que há de reacionário (negativo) da velha sociedade, cujo desaparecimento obrigatório está encarnada no processo histórico.

A luta de classe social contra classe social, entre classes sociais que têm chegado à sua maturidade e que atuam conforme seus interesses históricos, é a política e, no caso do proletariado, a política revolucionária, que questiona, em toda sua profundidade e legitimidade, a ordem social e o Estado-governo imperantes. Por isso essa luta é política, além disso porque é a expressão da contradição social fundamental e de sua superação. É por isso que se diz que a política é a economia concentrada.

Os sindicatos operários e também os partidos políticos – incluídos os que reivindicam de esquerda – estão em meio à luta de classes, isto é, à luta política.

Quando se afirma que a luta entre proletariado e burguesia, que é política, coloca a ditadura da primeira classe social, estamos indicando que a luta cotidiana dos explorados e oprimidos se projeta à conquista do poder estatal, que é indiscutivelmente política.

Se não nos afastarmos do materialismo histórico, compreenderemos com facilidade que a conclusão indicada corresponde à natureza da sociedade capitalista e da própria luta de classes.

Os problemas que muitos formulam como exclusivamente sindicais também desembocam na luta política. A ignorância quanto a esse problema acaba favorecendo a classe dominante e seu governo de plantão, o que quer dizer que seus porta-vozes são francamente contrarrevolucionários.

Tirar forçosamente as organizações sindicais de assalariados por meio da luta política revolucionária implica transformá-las em serviçais da burguesia que, como demonstra a longa experiência vivida no campo trabalhista, utiliza a burocracia sindical para difundir sua política reacionária no seio das massas. Os que assumem essa atitude não podem ser chamados de revolucionários ou marxista-leninista-trotskistas.

Os trotskistas têm o mérito indiscutível de ter politizado as massas bolivianas, particularmente os operários mineiros, a ponto de que agora ninguém se escandaliza quando chovem denúncias de que no campo sindical todas as posturas que se adotam são expressões políticas.

No país, se tem dado passos de importância para que os explorados não se apartem da luta revolucionária, que conduz à ditadura do proletariado.

Não há que esquecer que a luta dos explorados se torna política quando estes adquirem consciência de classe, quando com ajuda do marxismo-leninismo-trotskismo tenham conhecimento de como e por quem são explorados, ao mesmo tempo por quais caminhos deixarão de ser, isto é, abandonarão sua condição de proletários.

Essa admirável maturidade de classe, que é a luta política, tem de ser concretizada na atividade cotidiana. Nesse plano, a primeira questão que se coloca é a de saber que relação existe entre a luta pelas reivindicações imediatas (por exemplo, as salariais, duração da jornada de trabalho etc.) com a política.

## A separação entre objetivos imediatos e estratégicos leva à deformação da luta

Na etapa inicial, tanto da atividade sindical como da partidária, se cai na dicotomia ou separação entre dois campos, por um lado a luta busca a satisfação das necessidades imediatas ou econômicas dos que trabalham, por exemplo, e, por outro, o combate busca implantar o socialismo.

Os reformistas afirmam que não existe identificação, nem mú-

tua influência entre ambos objetivos e concluem afirmando que, não havendo interrelação, o aconselhável é manter totalmente separados os dois extremos.

Essa deformação da atividade dos trabalhadores se concretizou na tendência reformista e reacionária que diz que os sindicatos não têm nada a ver com a política, sobretudo, com a operária.

Não se pode esquecer que foi apresentada como exemplo de honestidade a sentença que diz que as camisas político-partidárias devem ser abandonadas nas portas da organização sindical.

A teoria e a experiência ensinam que a separação entre as atividades estritamente sindicais e a luta política pela implantação da ditadura do proletariado desemboca no campo do reformismo e do colaboracionismo classista.

Tanto a socialdemocracia e o estalinismo acabaram nessa monstruosidade, transformando os sindicatos em barricadas da contrarrevolução.

É preciso compreender com clareza por que se chega a essa conclusão, que a não poucos pode parecer própria de um sectarismo partidário fechado.

Não se deve esquecer que está efetivado e assinalado em numerosos documentos do presente e do passado, que a separação arbitrária entre sindicalismo estreito (expressão do colaboracionismo classista) e a política revolucionária, tendem a desembocar na perpetuação da exploração e opressão burguesas.

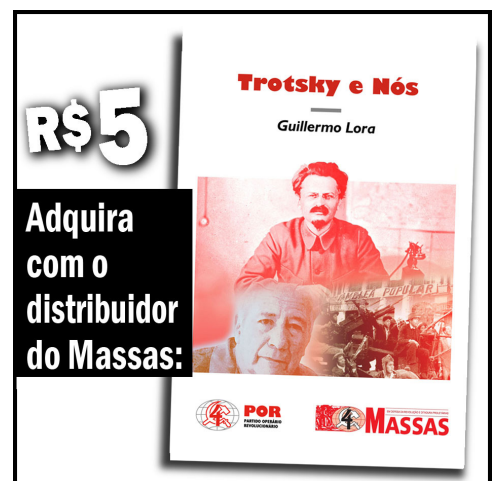
Uma das lições da história: se observou até o cansaço que a separação entre a atividade estreitamente sindical e a luta política desemboca inevitavelmente no reformismo e no colaboracionismo classista.

Observou-se até o cansaço que os reformistas corruptos, tanto o reformismo como o estalinismo (ambos putrefatos) se esmeraram em transformar as organizações operárias em barricadas da contrarrevolução.

Assinalou-se até o cansaço que a luta entre as classes sociais, proletariado e burguesia (que se apresenta como o conflito entre capitalistas e trabalhadores, tendo como objetivo central da sociedade capitalista o fato da burguesia se apoderar da mais-valia, lucro que produz o proletário explorado e oprimido) corresponde à contradição fundamental, cimento da sociedade capitalista, isto é, a grande propriedade privada dos meios de produção.

A afirmação acima quer dizer que a luta por melhores salários não acaba com a conquista de aumentos (ainda que sua materialização possa atenuar momentaneamente a batalha entre as classes sociais), posto que projeta para a essência da contradição fundamental em que se assenta o capitalismo e que se resolverá unicamente com o esmagamento da burguesia como classe dominante, que se dará quando se lhe arrancar tanto o poder econômico como o político.

A luta pelas reivindicações imediatas se projeta para a revolução social, isto é, acabar com a contradição fundamental que se coloca na base material da sociedade capitalista, por meio da superação, que não é outra coisa senão a transformação revolucionária da sociedade.



**R\$5**

**Trotsky e Nós**  
Guillermo Lora

**Adquira com o distribuidor do Massas:**

**POR** **MASSAS**



## Reivindicação transitória própria da luta revolucionária

Se se busca retornar a luta revolucionária, há que fundir a batalha pela satisfação das necessidades imediatas com a luta pela materialização do objetivo estratégico da revolução social e a conquista do poder político. Não se trata de abandonar a luta pelas necessidades imediatas, ou melhor, a batalha política pela conquista do poder, mas sim fundi-las para a materialização da ditadura do proletariado.

Não se trata da justaposição das reivindicações imediatas ao enunciado da ditadura do proletariado, que continuam separados para ser expressos um depois do outro. Na verdade, trata-se de fundi-los, de transformá-los em uma unidade dialética, de maneira que ambos os extremos se condicionem mutuamente.

A reivindicação transitória é a ponte que leva, que projeta, a luta pela satisfação imediata para a conquista do poder.

A resposta às necessidades imediatas deve ser colocada de tal maneira que já seja uma projeção, o passo à luta pela revolução social, por isso, se deve ajudar os explorados a compreenderem como funciona o aparato capitalista e seu governo, o mecanismo interno da exploração do operário, do destino da mais-valia. Na medida em que as massas se politizam, se aproximam da conquista do poder político.

Ao se dar as respostas aos problemas cotidianos, há que ter cuidado de fechar todas as portas pelas quais a classe dominante pode escapar e manobrar, tudo para manejar as massas e imobilizá-las.

Agora se pode compreender nossa afirmação de que a luta de classe contra classe é política, porque conduz à revolução social e à ditadura do proletariado, que nos salvará do perigo de cair na barbárie.

Setembro de 2008 (Extraído das Obras Completas, Guillermo Lora, tomo LXX, Ediciones Masas)



## Manifesto do CERQUI

# Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI)

28 de abril de 2023

## Por um 1º de Maio operário, socialista e internacionalista

**O capitalismo está esgotado, em decomposição irreversível, e não pode deixar de atacar nossos direitos o tempo todo. A guerra na Ucrânia se prolonga, pode se estender por todo o mundo e se aprofundar por decisão dos EUA**

**Somente a classe operária, com sua política, organizada, com seus métodos de luta, pode derrotar o imperialismo, pôr fim à guerra na Ucrânia e estabelecer uma paz sem anexação**

As condições de vida e de trabalho pioram ano após ano, década após década. A situação da maioria explorada e oprimida não para de retroceder. O que se passa também nas semicolônias e nas metrópoles. O esgotamento do capitalismo, sua decomposição, nos empurra para a barbárie em todas as suas formas. Não só não pode melhorar nossas condições de existência, mas também as destrói o tempo todo. Os desempregados ultrapassam os 200 milhões, as condições de trabalho são precárias, se somam as imigrações de milhões de pessoas devido às guerras, falta de trabalho e miséria.

A resposta à pandemia mostrou dramaticamente até que ponto chega a voracidade do capital financeiro para impor as suas próprias vacinas, bloquear o acesso às vacinas da China ou da Rússia, e também todas as condições de acesso às mesmas ou aos equipamentos médicos necessários. Os milhões de mortos e o enorme sofrimento da maioria mostraram que o capitalismo é incapaz de cuidar da saúde dos habitantes. As penúrias atuais nos fazem esquecer as terríveis situações que vivemos recentemente e que se podem repetir.

O imperialismo para sobreviver destrói as forças produtivas e promove a guerra comercial e as guerras bélicas. Principalmente os EUA, que querem manter a qualquer custo sua hegemonia no mundo, usando a OTAN, seu braço armado. Querem obter o controle das matérias-primas essenciais e dos produtos de alta tecnologia. Querem

impedir que a China dispute sua hegemonia. Sua intervenção militar e suas sanções econômicas causaram maior instabilidade na economia, com aumentos significativos nos preços de energia e alimentos que elevaram a inflação em todo o mundo. A sua política visa a impor uma nova ordem mundial, uma vez que já se esgotou a partilha do mundo acordada após a Segunda Guerra.

Os Estados Unidos provocaram a guerra na Ucrânia faz mais de um ano, apertando o cerco econômico e militar à Rússia, que já causou a morte de milhares, a migração de milhões de pessoas, a destruição de casas, fábricas, campos, estradas, rede elétrica etc. Uma guerra que envolve todos os países membros da OTAN, que fornecem armas, com ajuda financeira e instruções há vários anos. Os Estados Unidos querem prolongar a guerra ao máximo que puderem, causarem o maior desgaste possível à economia da Rússia e, se possível, derrubar seu regime. O objetivo é apoderar-se de seus enormes recursos, empresas estatais, dominar seu território e subjugar suas Forças Armadas. O conflito se transformou o confronto militar mais importante desde a Segunda Guerra Mundial.

A guerra imposta pelos EUA provocou uma crise econômica maior na Europa, atingindo principalmente a Alemanha, pressionando os setores industriais a transferirem sua produção para os EUA. Sua prepotência provoca fricções e choques entre as potências, uma vez que

somente os Estados Unidos podem beneficiar-se prejudicando seus aliados militares. Uma extensão do conflito à China aprofundará esses atritos, já que seus parceiros não concordam em aderir às sanções econômicas.

A OTAN definiu a Rússia e a China como seus inimigos e monta provocações contra a China. Existe um perigo real de que a guerra militar se prolongue e se estenda. Cresce o militarismo. Uma proporção cada vez maior dos orçamentos se destina à produção e compra de armas. A sobrevivência do imperialismo garante um futuro de guerras permanentes em qualquer região. Deve-se atentar para o fato de que a Alemanha e o Japão, potências derrotadas na Segunda Guerra Mundial, estão se rearmando.

Na América Latina, os EUA pressionam ao máximo para disciplinar países, governos, transferindo sua guerra comercial contra a China, tentando impedir seus investimentos, acordos comerciais ou acesso à tecnologia. Buscam impor o alinhamento por trás de sua estratégia e as condições de saque dos seus recursos. Ao mesmo tempo, não têm nada a oferecer, o papel que a China ocupou por anos não pode ser substituído pelo retrocesso dos EUA. O que fazem é reforçar sua presença militar no Atlântico, nas Malvinas e pressionam para aumentar suas bases militares.

O capitalismo vive uma época de profunda decomposição do imperialismo, destruindo forças produtivas, saqueando, provocando guerras e atacando as condições de vida e trabalho das massas. Não há como realizar uma marcha para trás. Essa incapacidade de fazer concessões às massas se expressa nas tendências direitistas, autoritárias, ditatoriais e fascistas dos regimes políticos de muitos países, abandonando inclusive as formas democráticas de dominação.

Diante de tal situação, torna-se mais visível a incapacidade e covardia de governos e lideranças políticas e sindicais reformistas, nacionalistas, socialdemocratas, estalinistas etc., para dar uma resposta à altura das necessidades. Submetem-se à sua burguesia e ao imperialismo, prevalecendo suas políticas de conciliação de classes.

Torna-se mais visível a profunda crise de direção revolucionária das massas para responder com os seus métodos, com a sua política, com a sua estratégia, que oriente a revolta das massas para a única saída, a revolução social, que coloque fim ao parasitismo financeiro, à dominação do imperialismo, que expropria os principais meios de produção, para libertar definitivamente as forças produtivas e, assim, poderem desenvolver-se plenamente.

O problema da direção revolucionária colocado por esta estratégia independente, de classe, socialista, revolucionária aparece em toda parte, e, especialmente, na Europa, que precisa mais do que nunca que a classe operária se levante contra a guerra, enfrentando a presença da OTAN e das bases militares dos Estados Unidos em seu território, contra o crescente militarismo. Somente a classe operária, organizada, independente e em luta pode derrotar o imperialismo e pôr fim à guerra, que ameaça os explorados, enfrentar seus governos e estabelecer uma paz sem anexação.

A classe operária já tropeçou em todas as pedras possíveis na tarefa de pôr em pé sua direção. É preciso fazer um balanço profundo de todas as experiências, aprender com todos os erros e desvios. Há mais de 100 anos, a socialdemocracia passou para o terreno do imperialismo ao colaborar na 1ª Guerra Mundial com a burguesia de cada potência em guerra. Depois, o estalinismo também demonstrou o fracasso de sua política antimarxista, de pretender que se podia “construir o socialismo em um só país”, de dissolver a Terceira Internacional, ao propor a “coexistência pacífica” com o imperialismo, suas políticas de frente popular com as burguesias denominadas de “progressistas”, de acreditar que havia caminhos pacíficos para o socialismo etc. A derubada da URSS foi o ápice da derrubada de sua política que levou a perda de valiosas conquistas das massas e ao restabelecimento do capitalismo em vários países onde a grande propriedade tinha sido expropriada. Por sua vez, a IV Internacional não esteve à altura de ocupar o lugar vago da direção internacional e suas direções - agora sem Trotsky à frente - passaram de posições de frente populistas e pró-estalinistas nos anos 1950 para a reivindicação do foquismo no anos 1960/70 e o democratismo vulgar, abandonando o programa da Quarta Internacional, que continua vigente. O revisionismo em todas as suas formas causou grande dano à tarefa histórica de estabelecer o Partido Mundial da Revolução Socialista. O marxismo-leninismo-trot-

skismo continua de pé, suas contribuições ao comunismo científico continuam absolutamente válidas. As direções, que traíram suas bandeiras, que as prostituíram, foram derrotadas.

Hoje é mais que urgente e necessário construir essa direção que expresse conscientemente a revolta das massas e as oriente para sua estratégia de poder. Uma revolta das massas está ocorrendo na Europa, com a França na liderança contra a reforma da previdência, com várias greves gerais de todas as centrais sindicais e mobilizações e ações radicalizadas para exigir do governo que reverta sua reforma. Na Inglaterra, houve greves históricas desde o ano passado, agora, na Alemanha, lutas que não aconteciam há mais de 3 décadas ocorreram. Houve greves em outros países. O movimento de massas na Europa está ligado às grandes lutas dos últimos anos na América Latina e nos Estados Unidos. O denominador comum é a revolta contra uma situação que não pode mais ser suportada.

Os revolucionários devem partir daí, dessa luta vital pelo pão, pelo trabalho, pelos orçamentos de moradia, saúde e educação que estão no centro de todas as reivindicações, para entroncá-las às lutas contra todas as formas de pilhagem e subjugação das nações oprimidas, levantando a necessidade da maioria oprimida se organizar nas semi-colônias em uma frente única anti-imperialista, sob a direção política da classe operária, para lutar por seu próprio poder político. O alerta deve estar presente o tempo todo sobre o perigo da guerra que ameaça se tornar global e cujos efeitos atingem todos os trabalhadores. Sobre a necessidade da classe operária internacional tomar em suas próprias mãos a luta para acabar com a dominação dos EUA e das potências imperialistas, que se valem da OTAN.

Essa política só pode ser imposta com luta, com métodos próprios, com os métodos que conquistamos e defendemos os direitos trabalhistas e sociais. É necessária a luta unida de todos os trabalhadores, de todos os oprimidos. Não há acordo possível, não há consenso ou conciliação possível, com os exploradores e saqueadores, nem com seus governos. Para travar esta luta, é preciso conquistar a independência política diante de todas as variantes da burguesia e da pequena burguesia. Estamos lutando para que os sindicatos e centrais tomem em suas próprias mãos esta luta conjunta, devemos arrancá-los das mãos dos governos e partidos patronais.

A luta pela independência política do proletariado se concentra na construção do partido revolucionário em cada país, como parte da Quarta Internacional. Partidos que encarnem as melhores tradições do bolchevismo, em torno à estratégia da revolução proletária, da revolução social que conduz a classe operária como direção indispensável, para lutar pelo poder político, pela ditadura do proletariado, para acabar com a ditadura do capital e impor a democracia pela primeira vez aos oprimidos, ajudando a constituir assembleias populares, soviets, coordenadoras de assembleias ou como quer que sejam chamados seus organismos.

Por que a classe operária? Porque é a única classe que não tem vínculo com a propriedade dos meios de produção, com a grande propriedade, porque demonstrou que é a única que pode lutar consequentemente contra o imperialismo, que pode defender a nação oprimida e que tem um programa de reconstrução da sociedade sobre bases socialistas, acabando com o caos e a anarquia capitalista. O capitalismo está esgotado, portanto, é preciso acabar com ele antes que seja tarde demais. Esta é a situação que é colocada objetivamente. Aqueles que prometem outra saída estão alimentando uma nova ilusão, uma nova frustração. Basta!

Este 1º de maio, tem de ser aproveitado para fazer um balanço de todas essas questões.

O partido é o programa, onde se concentra a experiência e a tradição da classe operária internacional. É a caracterização da etapa atual em que se encontra a luta de classes internacional e a necessidade histórica, urgente e imprescindível de resolver esta tarefa.

***Viva a classe operária internacional!***

***Morte à burguesia e ao imperialismo!***

***Viva a revolução social! Viva a ditadura do proletariado! Viva o socialismo!***

***Glória a todos os mártires da classe operária, que deram suas vidas para transformar essa sociedade e libertar o mundo de suas cadeias!***



## Crise Bancária

### Crescem as tendências de concentração monopolista no sistema bancário

Após a falência de três bancos regionais norte-americanos este ano (Silvergate, Silicon Valley Bank e Signature), foi a vez do banco First Republic, sendo agora a segunda maior bancarrota bancária da história dos EUA.

As ações do First Republic derreteram após o banco anunciar, no dia 24/04, que os clientes sacaram 100 bilhões de dólares de seus depósitos. Em março, os órgãos reguladores já haviam costurado um acordo com onze bancos para um empréstimo de 30 bilhões de dólares ao First Republic, na tentativa de evitar sua bancarrota e impedir que a quebra do Silicon Valley Bank contagiasse o restante do sistema bancário. A atual quebra do banco First Republic é a demonstração clara do fracasso do governo norte-americano e seus órgãos reguladores em conter a crise bancária.

Os órgãos reguladores anteciparam que poderiam restringir o acesso do First Republic a novos empréstimos emergenciais, e que buscariam uma solução “privada”, ou seja, a aquisição do First Republic por um banco maior. No dia 1º de maio, a Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), órgão governamental responsável pela garantia dos depósitos bancários, autorizou a compra do First Republic pelo maior banco dos EUA, o JPMorgan Chase.

O governo dos EUA, refém da possibilidade de recessão e de crise bancária persistente, se viu obrigado a aceitar a compra, o que em condições normais não seria permitido por motivos de “concorrência”. O JPMorgan Chase, mesmo antes da compra, já tinha mais de 10% de todos os depósitos dos EUA (limite máximo imposto pela legislação para permitir novas aquisições). Após a compra do First Republic, se tornou ainda maior.

A compra do First Republic pelo JPMorgan e a recente aquisição do Credit Suisse pelo banco UBS, na Suíça, expressam as tendências de concentração monopolista no setor bancário, que têm se acentuado

***A compra do First Republic pelo JPMorgan e a recente aquisição do Credit Suisse pelo banco UBS, na Suíça, expressam as tendências de concentração monopolista no setor bancário, que têm se acentuado com a atual onda de falência de bancos. É justamente nos períodos de crise que os monopólios, aproveitando-se da quebra de empresas e bancos menores, veem uma oportunidade para ampliar e concentrar ainda mais o seu capital, assumindo parcelas cada vez maiores do mercado.***

com a atual onda de falência de bancos. É justamente nos períodos de crise que os monopólios, aproveitando-se da quebra de empresas e bancos menores, veem uma oportunidade para ampliar e concentrar ainda mais o seu capital, assumindo parcelas cada vez maiores do mercado.

A aquisição dos bancos menores pelos maiores não resolve o problema da crise bancária, mas a eleva a um novo patamar, com o risco da quebra de outros bancos regionais e o risco de contágio da crise para todo o sistema bancário. Três outros bancos regionais, o Pacific West, o Western Alliance e o First Horizon, já estão sob risco de quebra.

Os ideólogos burgueses tentam caracterizar as quebras dos bancos regionais como se fossem fruto de uma falha nos mecanismos governamentais de regulação e fiscalização. Quando, na verdade, se trata de mais uma expressão da crise de superprodução capitalista e agigantamento do parasitismo financeiro, cujos efeitos da crise de 2008 ainda permanecem até hoje, agravados pela pandemia, pela guerra comercial e pelas sanções à Rússia. Nenhuma medida de política econômica burguesa será capaz de conter por muito tempo a crise bancária, que tende a se agravar e a confluir com as tendências recessivas na economia dos EUA e mundial.

### Aumento dos juros pelo FED acentua crise bancária e as tendências recessivas

A inflação persistente tem levado o Federal Reserve (FED), banco central dos EUA, a aumentar consecutivamente a taxa de juros. Os economistas burgueses acreditam que, com a redução da atividade econômica por meio da restrição do crédito (aumento dos juros), equilibrariam a oferta e demanda e, assim, conseguiriam controlar a inflação. O que não tem se demonstrado na prática.

O aumento recorde da taxa de juros para cerca de 5% tem resultado na desaceleração econômica dos EUA que, no último trimestre, registraram um crescimento do PIB de apenas 1,1%, frente ao trimestre anterior, quando a economia havia crescido 2,6%. No entanto, mesmo com a desaceleração econômica, a inflação continua persistente.

O governo dos EUA e seus órgãos reguladores, que têm suas mãos atadas pelos grandes monopólios, não conseguem ir a fundo no problema da inflação, pois teriam de desmascarar o papel dos monopólios capitalistas em implementar preços muito acima do valor, como forma de garantir superlucros, o que desencadeia uma escalada de aumento de preços na economia. Dessa forma, o governo dos EUA não vê alternativa a não ser insistir na panaceia do aumento da taxa de juros, o que por sua vez só acentua as tendências recessivas.

Na última quarta-feira (03/05), o FED, em votação unânime, anunciou um novo aumento de 0,25 p.p. na taxa de juros dos EUA, que se elevou para 5,25%. O FED, premido de um lado pela inflação persistente, e, por outro, pela crise bancária e desaceleração econômica, sinalizou para a possibilidade de uma “pausa” no aumento dos juros na próxima reunião, que ocorrerá em meados de junho, embora diga, contraditoriamente, que as decisões sobre aumentar ou não os juros serão tomadas “reunião por reunião”. Trata-se de uma atitude contemplativa para tentar acalmar o “mercado” (especuladores da bolsa de valores), diante de um cenário financeiro cada vez mais crítico da economia norte-americana.

A tentativa foi em vão. Na quinta-feira (04/05), pela manhã, três outros bancos regionais, o Pacific West, o Western Alliance e o First Horizon, viram suas ações despencarem mais de 30%, apontando para a continuidade da crise bancária e a possibilidade de haver mais quebras.

### A burguesia norte-americana impulsiona a guerra comercial e as tendências bélicas

A burguesia e seu governo não são capazes de resolver a crise bancária e as tendências recessivas que permeiam a economia norte-americana, pois são expressão da crise de superprodução capitalista. A única saída que a burguesia imperialista encontra é a de impulsionar a guerra comercial e as tendências bélicas, o que empurra a humanidade à barbárie generalizada. A dominação de novos territórios, como a Rússia e a China, é a única forma que a burguesia imperialista enxerga para dar mais um fôlego às suas relações capitalistas decadentes. É nesse sentido que o POR tem caracterizado os EUA como o maior perigo para a humanidade.

A classe operária é a única classe capaz de combater os perigos de uma nova guerra mundial e dar uma resposta progressiva à crise capitalista, o que passa pela realização de sua tarefa histórica de expropriação sem indenização do capital monopolista, o que só se dará por meio dos métodos da revolução proletária internacional.

Bolívia

## Passeata do 1º de maio Huarachi e Arce Catacora se decepcionaram

Naquilo que foi uma ofensa ao Dia Internacional dos Trabalhadores, o servil e oportunista Juan Carlos Huarachi, em nome da COB, convocou a tradicional passeata do 1º de Maio encabeçada pelo presidente da República Arce Catacora, para que este anunciasse como grande medida revolucionária seu miserável e insultante reajuste salarial de 3% sobre o básico e 5% no salário mínimo nacional que, além de tudo, não é de aplicação obrigatória para os empresários privados, que têm a liberdade para negociar com seus trabalhadores a quantia do reajuste salarial. O miserável

reajuste tampouco beneficia aos funcionários públicos.

A concentração na Praça São Francisco foi um fracasso, pois somente os funcionários públicos – obrigados – tiveram de suportar o ato, sob o risco de perderem seus empregos.

Os operários fabris passaram ao lado da concentração do governo-COB gritando “somos fabris, não somos masistas”.

Os professores, que já estão há nove semanas em luta nas ruas em repúdio ao governo e à COB, realizaram uma passeata paralela que terminou no Estádio.

Os poristas marcharam juntamente com eles, para depois continuar até o Obelisco, onde realizou uma manifestação na qual assinalou com clareza que chegou a hora em que dos trabalhadores devem se colocar seriamente pela necessidade de uma revolução, que acabe com a burguesia entreguista e exploradora expulsando do país as multinacionais que saqueiam o país.

*(Extraído da capa do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

Passeata do 1º de maio

### Uma triste passeata em apoio obrigatório ao governo com discursos frenéticos de uma burocracia e uma iludida base disconforme contra uma direção que não a representa

Havia um clima de descontentamento entre os trabalhadores, que acusavam Huarachi de traidor, que negociou um reajuste salarial miserável e que não atende às necessidades das famílias proletárias. Estas não podem senão calar-se diante de um aparato burocrático poderoso, que persegue e castiga as vozes dissidentes. Uma fraca passeata de operários que marcham por respeito às suas organizações, mas que também provocou que operários fabris de La Paz, em sinal de protesto passassem em frente à concentração da Praça São Francisco e seguissem seu próprio rumo percorrendo o centro pacenho para não se confundir com o show político, organizado pelos dirigentes vendidos de sua Confederação em apoio ao governo.

Mas, por que as bases inconformadas com o miserável reajuste não puderam romper com o centralismo burocrático e ditatorial de suas direções servis ao governo?

Primeiro, no setor fabril fundamentalmente, pelo medo de perder seus empregos, diante dos patrões que esmagam seus direitos. É o caso da INCERPAZ - La Paz, que não paga salários faz cinco meses. Segundo, no caso dos mineiros, dependentes dos projetos de investimentos da grande refinaria de zinco e de outros projetos em Huanumi, preferem não romper com o governo. O governo, que tem a chave de tudo, mantém sob controle os operários da mineração nacionalizada, embora grandes assembleias pediram Congresso para expulsar a Huarachi da COB e a Quispe da FSTMB, para renovar as direções.

O descontentamento é grande contra estes traficantes da direção no setor mineiro e fabril, mas estes, com o discurso de defender a “estabilidade econômica”, bloqueiam toda tentativa de revolta das bases raivosas. Este é o dique de contenção que não permite que os trabalhadores ultrapassem seus dirigentes e que o governo consiga manter o seu controle burocrático.

O trotskismo é a única tendência política operária revolucionária que denuncia a política econômica do MAS, como política pró-burguesa que, assim como os governos de direita neoliberais

das décadas anteriores, se locupletou com as multinacionais saqueadoras, com a agroindústria do Oriente e com os banqueiros privados. Trabalhadores, deixem de acreditar neste falso discurso “socialista” dos impostores, e combatam os verdugos camuflados de hoje! Dirigentes que defendem até a morte este governo porque estão bem alimentados ganhando mais de 30.000 bolivianos por mês, e que se fazem de mortos diante dos trabalhadores da base que ganham 3.500 bolivianos.

O movimento operário viveu a experiência do reformismo pró-burguês do MAS e constatou na sua própria carne que é a mesma posição burguesa tradicional dos governos neoliberais. É urgente que o movimento operário retome sua própria ideologia, sua própria resposta operária, socialista e revolucionária.

Definitivamente, estamos em meio a uma crise ideológica do proletariado mundial. A classe operária boliviana mineira e fabril recuou politicamente, mas conserva sua história e tradição concentradas em seu partido revolucionário que, cedo ou tarde, será recuperada pelos operários. Os projetos reformistas e pró-burgueses caducam, expondo suas limitações e fracassos, e o marxismo leninista-trotskista viverá para sempre na mentalidade operária, porque a necessidade de sepultar o capitalismo caduco sob a direção política proletária, como único inimigo mortal do grande capital monopolista e multinacional, está presente em sua luta mundial, apesar dos impostores.

A resposta revolucionária de sepultar o capitalismo caduco acabará se impondo em nível mundial, não importando o tempo e situações conjunturais. O capitalismo sobrevive arrastando a humanidade à barbárie, mas a resposta revolucionária se revitaliza na luta da classe operária, diante da necessidade de sepultar a caduca sociedade capitalista, projetando uma saída revolucionária à crise do capitalismo.

*(Extraído do Jornal Massas 2742, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)*

**Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.**  
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020





# Eleições no Paraguai:

## Vitória do candidato colorado mantém no poder oligarquias oriundas da ditadura de Stroessner

No dia 30 de abril, realizaram-se no Paraguai as eleições para presidente da República, Câmara e Senado. O economista Santiago Peña, candidato do Partido Colorado (vermelho), foi eleito presidente com 43% dos votos, ficando em segundo lugar o candidato de uma coalizão denominada “Concertação”, Efraim Alegre, com 27% e em terceiro um “proto-bolsonaro” chamado Paraguayo Cubas, com 23%. O Partido Colorado conquistou, inclusive, a maioria absoluta na Câmara dos Deputados e no Senado Nacional.

Este resultado contrariou diversos agrupamentos dentro e fora do Paraguai, que apostavam na vitória da oposição, representada por Efraim Alegre. Da perspectiva dos que alimentavam essas ilusões, uma vitória da “Concertação” reforçaria um suposto bloco de governos “progressistas”, onde se incluíam Boric, Petro, Arce Catacora, Fernández e, claro, Lula da Silva.

A vigência dessas ilusões – dentro e fora do Paraguai – demonstra quanto arraigada está a perspectiva democrático-burguesa num amplo setor da denominada esquerda. Daí as explicações formuladas para a vitória indesejada do candidato colorado se limitarem à possibilidade de fraudes ou à divisão dos votos oposicionistas entre Alegre e Cubas, pois a soma dos votos dos dois superariam os do Peña.

Escapa-lhes a compreensão da estrutura socioeconômica paraguaia – e também das dos outros países da região –, pois o Paraguai é na verdade um débil estado semicolonial, que sobreviveu à guerra contra a tríplice aliança (1864-1870) devido às divergências entre o Brasil e a Argentina sobre a divisão de seu território, não tendo os paraguaios condições de preservar qualquer grau de soberania. Durante cinquenta anos posteriores à guerra, o que sobrou do país foi diretamente controlado e dominado pelos aliados Brasil e Argentina.

Com uma economia extremamente atrasada e limitada (na qual até 1870 ainda se aplicavam as leis de Índias da colonização espanhola e os nativos usavam a terra como seus ancestrais indígenas, ou seja, praticamente não existia a propriedade privada e muito menos a propriedade privada capitalista), era em tudo dependente da Argentina e do Brasil. As “instituições democráticas” impostas pelos vencedores eram uma pura ficção e a Constituição liberal, copiada da Argentina e imposta após a guerra, não tinha qualquer fundamento numa sociedade escassamente diferenciada do ponto de vista social, ou seja, onde sequer se poderia falar da existência de uma burguesia.

Todos os governos até 1936 representavam diretamente os interesses brasileiros ou argentinos, que chegavam ao poder, na maioria das vezes, mediante golpes de estado ou guerras civis entre bandos armados por caudilhos locais.

Entre 1936 e 1947, houve uma tentativa de se erguer um governo nacionalista, naquilo que se autodenominou de “estado nacional revolucionário”, nascido de um golpe de estado desfechado por parte das forças armadas, que se haviam potenciado após a vitória do Paraguai sobre a Bolívia na guerra do Chaco (1932-1935). Esta experiência fracassou e, em 1947, numa guerra civil, os colorados (denominados oficialmente Associação Nacional Republicana, fundada em 1883 pelo general do exército de López Bernardino Caballero, que havia sido feito prisioneiro pelo exército brasileiro e viveu no Brasil) derrotaram uma coalizão de liberais (Partido Liberal, também fundado em 1883 por elementos mais alinhados aos interesses argentinos), febreristas (ou partidários do regime surgido com o golpe nacionalista de fevereiro de 1936) e o Partido Comunista Paraguaio.

Seguiu-se um período de muita instabilidade, durante o qual ocorreram vários golpes de estado e choques entre as diversas frações do partido colorado. Até que em 1954 o general de artilharia Alfredo Stroessner tomou o poder e instaurou uma ditadura que durou 35 anos, até ser deposto em 1989 pelo seu consogro, o general Rodriguez, também colorado.

A importância da ditadura de Stroessner, no entanto, é que foi durante o seu governo que se estruturou o Estado atual, caracterizado pelo estabelecimento de uma ordem em cujo topo estava o próprio ditador, baseando seu poder na distribuição de privilégios para exploração do contrabando, tráfico de drogas, de pessoas, armas e vários outros tipos de atividades criminosas entre os militares e a parcela do partido colorado subserviente a ele (pois a oposição colorada foi toda liquidada ou teve de se exilar). O atual presidente da República, Mario Abdo, é filho do secretário privado de Stroessner.

Toda essa estrutura foi montada e lubrificada com a benção do governo dos Estados Unidos, que tinha no Paraguai um serviçal na luta contra o “comunismo internacional”. Era o auge da Guerra Fria.

Essa estrutura montada pela ditadura nunca foi desmontada e, ao círculo dirigente, somaram-se depois – na década de 1970 – os técnicos e altos burocratas envolvidos na construção e administração da hidroelétrica de Itaipu, que se enriqueceram rapidamente e ocuparam cargos políticos importantes, como o caso do engenheiro Juan Carlos Wasmosy, que chegou à presidência da República.

Durante a ditadura também foi estruturada a máquina do Partido Colorado, na verdade um braço da ditadura, pois eram os “olhos e ouvidos do rei” para o controle político da população e aniquilação de qualquer oposição. Era uma época em que a delação contra os comunistas era moeda corrente, não importando se a denúncia era verdadeira ou falsa. Quem era denunciado sofria prisão, cárcere, tortura ou morte. A diáspora dos paraguaios que fugiam para Argentina e Uruguai não se interrompeu desde 1947 (guerra civil), mas, durante a ditadura de Stroessner provocou a singular situação da maior cidade de paraguaios ser Buenos Aires, com mais de um milhão de cidadãos.

De modo que o resultado desta eleição se deve fundamentalmente à vigência dessa estrutura montada durante a ditadura. O Partido Colorado que alguns analistas tentam caracterizar como tendo uma “ideologia conservadora” não passa de uma máfia, inclusive com suas divisões internas. Imaginar que no atraso paraguaio possa se desenvolver algo parecido a um partido burguês “respeitável” é um anacronismo. O predomínio dos colorados reflete a vigência do sistema de controles e favorecimentos constituídos sob a ditadura e que se mantém devido ao atraso – do ponto de vista do capitalismo – caracterizado pela lentidão em que se desenvolvem as forças produtivas, a dependência dos EUA e do Brasil, ao peso da atividade delitativa como parte da economia nacional e à deslavada corrupção em torno aos recursos das hidrelétricas de Itaipu (com o Brasil) e Yacretá (com Argentina).

Atualmente, embora os EUA continuem tendo uma poderosa influência sobre o Estado paraguaio, outras forças também são importantes, a começar pelo Brasil, destino principal das exportações paraguaias e principal fornecedor de produtos e insumos. Existe também uma população de brasileiros que exploram terras para agropecuária, terras que na sua origem foram fraudulentamente adjudicadas a eles pela ditadura de Stroessner e que se tornaram uma considerável força política, frequentemente confrontada com camponeses sem-terra paraguaios e com os indígenas.

Outra força importante é o narcotráfico internacional, imbricada profundamente no Partido Colorado e associado ao ex-presidente Horácio Cartes – padrinho de Santiago Peña – a quem o governo norte-americano recentemente classificou como “significativamente corrupto”, associado ao narcotráfico e ao terrorismo, além dos seus vínculos mais do que conhecidos com o contrabando de cigarros ao Brasil. Esta circunstância levou muitos a classificar o Paraguai como um narco-estado.

O essencial é entender que o resultado das eleições revela a estrutura sociopolítica desse país e não pode ser avaliada à luz de “princípios democráticos” abstratos, que não têm vigência alguma. Aliás, sequer no Brasil ou na Argentina esses “princípios” têm verdadeira vigência, pois a democracia é um luxo que somente as nações mais desenvolvidas podem se dar, devido a que somente nelas as suas burguesias de fato detêm o poder econômico e, portanto, o político. As nações atrasadas e semicoloniais são dominadas pelo grande capital imperialista, de modo que não lhes é permitido o luxo da democracia, pois lhes falta o chão da soberania.

Apesar de as eleições não trazerem nada de especial, evidenciam as raízes históricas do atraso do país e a necessidade dos explorados construírem o seu partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista. O seu programa é o da revolução proletária, da constituição de um governo operário e camponês. As tarefas democráticas de independência nacional, revolução agrária, solução da questão indígena e a tarefa de desenvolvimento das forças produtivas industriais são partes constitutivas do programa de emancipação da nação oprimida e de libertação da maioria oprimida da oligarquia que a mantém subjugada aos interesses dos capitalistas. A estratégia de luta do proletariado do continente pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina tem tudo para reunir as forças operárias e camponesas do Paraguai em torno da revolução social.